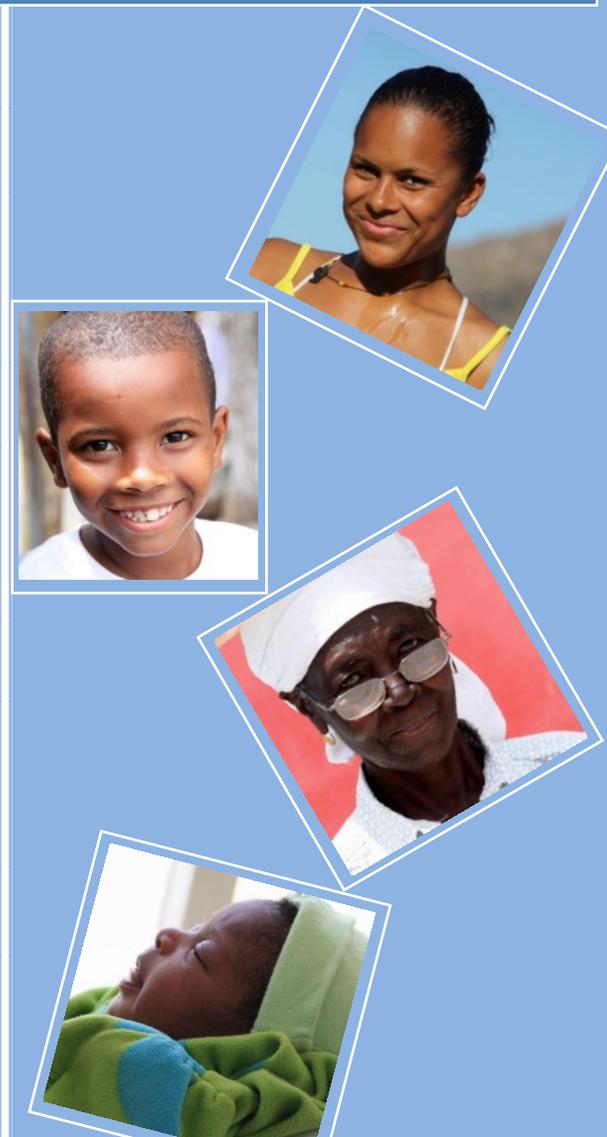


## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF 2012-2016



## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

O Plano de Acção da UNDAF (2012-2016) supõe um nível mais alto de concretização e tem como objectivo operacionalizar de forma consistente os resultados estratégicos do UNDAF; contém o quadro de responsabilização das agências do SNU e dos seus parceiros para promover a sua implementação e em ele estão definidos os resultados em termos de produtos ou serviços adequados que os beneficiários receberão da implementação da intervenção.



## INDICE

1. Matriz de resultados do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016) .....	4
2. Actividades principais do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016) .....	25
3. Orçamento indicativo do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016).....	38

## 1. Matriz de resultados do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)

UNDAF E MATRIZ DE RESULTADOS DO PLANO DE ACÇÃO UNDAF			
<b>Eixo 1: Crescimento inclusivo e redução da pobreza</b>			
<b>Prioridades Nacionais de Desenvolvimento</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promoção e desenvolvimento do Sector Privado</li> <li>✓ Regulação Económica e inserção dinâmica na economia mundial</li> <li>✓ Internacionalização dos serviços e sua competitividade</li> <li>✓ Desenvolvimento integrado do espaço rural</li> <li>✓ Luta sustentável contra a insegurança alimentar e desnutrição</li> <li>✓ Reforço do quadro institucional público pela coordenação e implementação das políticas de protecção social</li> </ul>			
<b>Indicadores de Impacto</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Índice de pobreza Multidimensional (ilha e meio de residência)</li> <li>• Percentagem da população a viver abaixo do limite da pobreza (sexo do chefe de família e meio de residência)</li> <li>• Prevalência de desnutrição crónica das crianças com idade inferior a 5 anos (ilha e meio de residência)</li> <li>• Taxa média de crescimento do PIB por região</li> </ul>			
Resultados	Indicadores, Baseline, Alvo	Meios de verificação	Agências
<b>Efeito1.1:</b> As políticas e programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza apoiam a competitividade e um crescimento económico durável em favor das populações vulneráveis	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Número de políticas e programas sectoriais que integram uma resposta explícita ao tema da redução da pobreza</li> <li>2. Variação em pontos percentuais da taxa de pobreza entre os jovens e as mulheres</li> <li>3. Taxa de variação da contribuição das exportações de bens e serviços no PIB</li> <li>4. Taxa de variação dos investimentos directos estrangeiros</li> <li>5. Classificação do país no « DoingBusiness » (“Ambiente de Negócios”)</li> <li>6. % da população activa que beneficia de um regime de protecção social</li> <li>7. Variação em pontos percentuais das despesas nos sectores sociais específicos.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatórios sectoriais QUIBB e/ou IDRFIG; cartografia de pobreza.</li> <li>2. Relatórios do INE e do MF.</li> <li>3. Relatórios do INE, do MF, da CVI e do Banco Central,</li> <li>4. Relatórios do BCV, do MF, do INE e da CVI. I</li> <li>5. Relatórios do Banco Mundial / IFC "DoingBusiness"</li> <li>6. Inquérito anual sobre o emprego e o sector informal (INE / IIEFP) ;Relatórios do INPS</li> <li>7. Relatórios sectoriais</li> </ol>	CNUCED FAO ITC OMS ONUDI ONU-Mulheres PAM PNUD UNESCO UNFPA
<b>Produto 1.1.1</b> A integração de Cabo Verde no sistema do comércio internacional é reforçada, com base	<b>Indicador 1</b> : % de projectos descidos do DTIS implementado. <b>Baseline:</b> 0% (2011) <b>Target:</b> 80% (2016)	Documentos de políticas, planos e estratégias	CNUCED ITC ONUDI PNUD

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>no cumprimento dos acordos internacionais, e nas políticas e estratégias de competitividade.</p>	<p><b>Indicador 2:</b> Número de políticas, planos e estratégias de comércio e competitividade formulados.  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b>3 políticas, 1 plano, 1 estratégia, (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> Instituto nacional da Qualidade completamente operacional.  <b>Baseline</b> =Nenhum Instituto Nacional da Qualidade(2011)  <b>Target</b> =Um Instituto Nacional da Qualidade (2016)</p>	<p>Relatório do conselho dos Ministros e/ou boletim oficial</p> <p>Relatório do Conselho dos Ministros e/ou boletim oficial</p>	
<p><u>Produto 1.1.2</u>  Políticas e estratégias baseadas em evidências são formuladas e seguidas, incluindo o reforço do quadro regulamentar e administrativo relevante, para melhorar o desempenho agrícola e industrial, promover o empreendedorismo e investimento em prol de um crescimento pró-pobre.</p>	<p><b>Indicador 1 :</b>Número de estudos realizados para aumentar a competitividade agrícola e a pesca.  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target</b> :2 para a pesca e 2 para agricultura (2016)</p> <p><b>Indicador 2:</b> Número de PAs assinados com o sector privado visando a implementação das iniciativas de investimento no sector agrícola.  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> 20 PA assinados (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> Plano estratégico para a cultura e plano de desenvolvimento das indústrias criativas e culturais elaborados.  <b>Baseline:</b> nenhum plano estratégico (2011)  <b>Target:</b> 2 planos (2016)</p> <p><b>Indicador 4:</b>Número de instituições com planos de acção contribuindo às reformas do ambiente de negócios desenvolvidos, para executar funções de qualidade  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> 5 (2016)</p> <p><b>Indicador 5:</b> #de propostas empresariais estabelecidas e promovidas para a criação de associações no sector privado .  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b>20 (2016)</p>	<p>Relatório Anual do MDR</p> <p>Relatório Anual do MDR</p> <p>Documento do plano estratégico para a cultura</p> <p>Relatório Anual da UCRE</p> <p>Relatórios da ADEI e/ou Cabo Verde Investimentos</p>	<p>FAO  ONU  PAM  UNESCO</p>
<p><u>Produto 1.1.3</u>  Análises prospectivas e políticas, e opções de programa baseadas em evidências são realizadas e definidas enquanto suporte de financiamento sustentável do sector social e redução da pobreza e vulnerabilidade, com uma atenção especial às mulheres e crianças.</p>	<p><b>Indicador 1:</b>Número de relatórios com informação estatística e não estatística desagregadas sobre a pobreza e a vulnerabilidade disponíveis em Cabo Verde  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> 3 (2016)</p> <p><b>Indicador 2 :</b> Número de indicadores sobre o trabalho decente informados e analisados  <b>Baseline :</b> 0 (2011)  <b>Target :</b> No mínimo 30 (2016)</p>	<p>Relatórios produzidos anualmente pelo INE e ODINés</p> <p>Documentos sobre os indicadores de trabalho</p>	<p>OMS  ONU-Mulheres  PAM  PNUD  UNFPA</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<p><b>Indicador 3</b> : # % de análises prospectivas elaboradas Baseline : 0 (2011) Target : 4 análises prospectivas elaboradas (2016)</p> <p><b>Indicador 4</b>: Programa de transferência líquida condicional implementado <b>Baseline</b>: Inexistente (2011) <b>Target</b> : programa Implementado (2016)</p>	<p>Documentos sobre análises prospectivas</p> <p>Documentos das políticas e opções do programa - Ministério da Juventude, Emprego e Recursos Humanos</p>	
<p><b>Efeito 1.2</b> O sector privado, especialmente as MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) em áreas urbanas e rurais, tem um melhor acesso aos mercados, aos serviços de assistência técnica e financeira e aumenta a sua competitividade e contribuição ao crescimento e emprego decente.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. % de empregos criados pelas MPMEs</li> <li>2. % de MPME que têm acesso aos serviços financeiros</li> <li>3. % de MPME com acesso aos serviços para a promoção de negócios ("pacote mínimo de serviços")</li> <li>4. Contribuição do Volume de negócios das MPME no PDB (em %)</li> </ol>	<p>Relatório anual das actividades dasMPMEs Relatório do INE e IEFP no censo das empresas; relatório das instituição de créditos Relatório do Banco Central; Relatórios do Banco Mundial</p>	<p>FAO OIM OIT OMS ONUDI ONU-Mulheres ONU-Habitat</p>
<p><b>Produto 1.2.1</b> As MPME's beneficiam de serviços de apoio melhorados, com enfoque nas mulheres e jovens, para uma contribuição reforçada ao crescimento, ao investimento social e ambientalmente responsável, e a geração de empregos decentes.</p>	<p><b>Indicador 1</b>: Número de projectos das MPMEs apoiados em vista ao aumento da competitividade (por sexo, idade e residência) <b>Baseline</b>: 0 (2011) <b>Target</b> : 16 unidades hidropónicas pilotos e 4 unidades pilotos para o aquacultura/hidroponia (2016)</p> <p><b>Indicador 2</b>: Número de instituições capazes de fornecer as MSMEs serviços de apoio numa base duradoura (melhorias de produtividade, auto-ajuda colectiva). <b>Baseline</b>: 0 <b>Target</b>: 5 (e.g. ADEI, 2 Câmaras de Comércio, 2 membros da plataforma de ONGs)</p> <p><b>Indicador 3</b>:Número de jovens e mulheres formados em empreendedorismo que têm elaborado um Plano de Negócios (por sexo, idade e residência) <b>Baseline</b>: 100 (2011) <b>Target</b>: 500 (2015)</p>	<p>Documentos de projectos; Relatório de seguimento e avaliação dos projectos</p> <p>Relatório Anual ADEI</p> <p>Documentos de projectos; Relatório de seguimento e avaliação dos projectos</p>	<p>OIT OIM ONUDI ONU-Mulheres ONU-Habitat</p>
<p><b>Produto 1. 2.2</b> As empresas do sector privado, nomeadamente as MPMEs, melhoram o cumprimento com normas internacionais para uma maior competitividade e acesso ao mercado.</p>	<p><b>Indicador 1</b>:Número de empreendedores (por idade, sexo, idade e residência) em particular MPMEse gestores de qualidade formados nos padrões internacionais de qualidade. <b>Baseline</b>: 0 (2012) <b>Target</b>: a determinar em 2012 (2016)</p> <p><b>Indicador 2</b>:Número de laboratórios prontos para acreditação internacional <b>Baseline</b>: 0 (2011) <b>Target</b>:A determinar em 2013 (2016)</p>	<p>Relatórios de formação</p> <p>Boletim Oficial</p>	<p>FAO OMS ONUDI</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<p><b>Indicador 3:</b> % de MPMEs formadas na implementação e manutenção das práticas de segurança alimentar  <b>Baseline:</b> 0% (2011)  <b>Target:</b> 60% das fabricas alimentares existentes (2016)</p> <p><b>Indicador 4:</b> Número de normas sanitárias em segurança dos alimentos elaboradas.  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> 1 (2012)</p>	Relatório de formação, relatório de seguimento e avaliação	
<p><u>Produto 1.2.3</u></p> <p>As cadeias de valor de Agronegócios e as melhores práticas de produção, marketing e comercialização na agricultura, pecuária e pescas, são introduzidas e aplicadas para aumentar a produtividade e qualidade.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> Número de unidade pilotos de produção que aplicam praticas modernas de agronegócio a nível de agricultura, pecuária e pesca, desagregados por sexo, idade e residência.  <b>Baseline: (2011)</b> Agricultura: 4, no Fogo (3 na produção de vinho e 1 na transformação de café); Pesca: 2 (em Mindelo e S. Nicolau) ; Pecuária: 2 (1 no Fogo- Conservação e embalagem de carne - e 1 em Santo Antão - queijo)  <b>Target:</b> Agricultura: 24; Pesca: 5; Pecuária: 4 (2016)</p> <p><b>Indicador 2:</b> # de actores-chave (sexo, idade e residência) nas associações e comités relevantes formados na área de agronegócios  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> A determinar em 2013 (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> # Centros de processamento estabelecidos.  <b>Baseline:</b> 1 – Sto. Antão(2011)  <b>Target:</b> A determinar em 2012(2016)</p>	<p>Relatório das actividades dos sectores da agricultura, pecuária e pescas</p> <p>Relatório de formação : relatório de seguimento e avaliação</p> <p>Boletim Oficial ; relatório de seguimento e avaliação</p>	<p>FAO  ONUDI  ONU-Mulheres</p>
<p><u>Efeito 1.3</u></p> <p>As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, no meio rural e urbano têm um melhor acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e da produtividade durável.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> % dos jovens e mulheres que beneficiam de formação vocacional e profissional que têm um emprego, dependendo da sua zona de residência</p> <p><b>Indicador 2 :</b> Taxa de desemprego das mulheres e dos jovens segundo as zonas de residências</p> <p><b>Indicador 3 :</b> Taxa de mulheres e jovens com um "auto-emprego", segundo o meio de residência</p>	<p>Relatórios IEFP sobre a formação profissional e vocacional</p> <p>Relatório de inquérito de emprego</p> <p>Relatório de inquérito anual sobre o Emprego e o sector informal (INE/IEFP)</p>	<p>FAO  OIT  ONUDI  ONU-Mulheres</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p><u>Produto 1.3.1</u></p> <p>O Governo e os actores Nacionais dispõem de estratégias e instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos assalariados e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> Número de agricultores (por sexo e idade) beneficiários do programa de promoção da agricultura local para fornecimento de cantinas escolares.  <b>Baseline.</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> 220 Agricultores (60 % homem e 40 % mulher) (2015)</p> <p><b>Indicador2:</b> Estratégia de desenvolvimento do empreendedorismo implementada nos sectores económicos ou cadeias de valor que têm grande potencial para a criação de empregos.  <b>Baseline :</b> Nenhuma estratégia (2011)  <b>Alvo:</b> uma estratégia (2016)</p>	<p>Relatório de seguimento e avaliação do programa</p>	<p>OIT  ONU-  Mulheres</p>
<p><u>Produto 1.3.2.</u></p> <p>Um currículo de empreendedorismo é introduzido a todos os níveis da educação e do sistema de formação profissional, com uma ênfase especial nas mulheres e nos jovens, para uma sociedade empreendedora.</p>	<p><b>Indicador 1:</b>Empreendedorismo nas Escolas implementado no ensino secundário e nos estabelecimentos de formação profissional  <b>Baseline para as escolas secundarias;</b> 0 (2011)  <b>Alvo:</b> 10 escolas, 50 oficias da área da educação, 140 professores, 50 formadorese 8000 alunos formados. (2016)  <b>Baseline para as escolas de formação profissional:</b> 0 (2011)  <b>Alvo :</b> 02 responsáveis formadores, 32 formadores e 1000 alunos formados.(2016)</p>	<p>Relatórios dos Projectos do Ministério da Educação e Ministério do Emprego</p>	<p>OIT  ONU-  Mulheres</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

UNDAF E MATRIZ DOS RESULTADOS DO PLANO DE ACÇÃO UNDAF

Eixo 2: Consolidação das instituições, democracia e cidadania

Prioridades Nacionais de Desenvolvimento

- ✓ Reforço da autoridade do Estado, das instituições democráticas, cidadania e participação na dinâmica de desenvolvimento do País;
- ✓ Reforço da qualidade da gestão e prestação de serviços e qualificação sustentável dos recursos humanos;
- ✓ Transformação do País em uma sociedade moderna do conhecimento, da inovação tecnológica e da governação integrada;
- ✓ Melhoria da regulação, supervisão, à qualidade e eficácia da justiça, da segurança jurídica e das transacções económicas;
- ✓ Modernização da Administração Pública e melhoramento do clima empresarial;
- ✓ Modernização do sistema de gestão integrada dos recursos humanos na Administração Pública;
- ✓ Garantia do desenvolvimento territorial sustentável, inclusivo e promotor da equidade, da competitividade e da solidariedade inter-geracional.

Indicadores de Impacto

- Proporção dos lugares ocupados por mulheres no Parlamento nacional (ODM)
- Taxa de participação eleitoral
- Taxa de criminalidade geral
- Taxa de comunicação das operações financeiras suspeitas enviadas ao Ministério Público

Resultados	Indicadores, Base, Objectivos	Meios de verificação	Agências
<p><b>Efeito 2.1</b></p> <p>2.1 As administrações nacionais e instituições de controlo são mais eficazes e eficientes no planeamento, implementação, seguimento e avaliação de um desenvolvimento equitativo.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Número de contas nacionais do Estado certificadas e aprovadas pelo Tribunal de Contas e pelo Parlamento nos prazos legalmente estabelecidos</li> <li>2. % de programas, políticas e estratégias que integram as análises dos dados pertinentes produzidos pelo Sistema Estatístico Nacional</li> <li>3. % das políticas e estratégias sectoriais avaliadas pelo Governo QFMP, QDMP e QDSMP coerentes com o DECRP (2012-2015)</li> <li>4. Número de relatórios de seguimento dos ODM e das políticas e estratégias sectoriais produzidos com indicadores completos e desagregados</li> <li>5. Ratio orçamento/ implementação por sector</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatórios do Tribunal de Contas</li> <li>2. Relatório de seguimento da Agenda nacional de estatísticas -INE e relatórios de avaliação das estratégias nacionais e sectoriais</li> <li>3. Relatórios da Direcção dos Serviços de seguimento e avaliação - DNP</li> <li>4. Documento DSRP e QFMP, QDMP e QDSMP</li> <li>5. Relatórios da Direcção dos Serviços de seguimento e avaliação – DNP e relatórios de seguimento e avaliação</li> <li>6. Contas Nacionais e contas do Estado</li> </ol>	<p>FAO OHCHR OIM OIT ONU-Mulheres PAM PNUD UNESCO UNFPA UNICEF</p>
<p><b>Produto 2.1.1</b></p> <p>O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planificação e de alimentação do sistema nacional de</p>	<p><b>Indicador 1:</b> Número de sectores que têm um sistema de recolha, análise e utilização de dados administrativos, desagregados por sexo, idade e meio de residência. <b>Baseline:</b> 1 (2011) <b>Target:</b> 5 (2016)</p> <p><b>Indicador 2 :</b> Base de dados estatística (DevInfo e CensusInfo), para o seguimento e a avaliação do programa disponível. <b>Baseline:</b> Base de dados inexistente (2011) <b>Target:</b> Base de dados abrangendo pelo menos 3 sectores (2016)</p>	<p>Relatório nacional do Conselho Nacional de Estatística</p> <p>Relatório anual One UN</p> <p>Relatório dos sistemas de Informação sectorial</p>	<p>FAO OIT ONU-Mulheres PAM PNUD UNESCO UNFPA UNICEF</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>seguimento e avaliação.</p>	<p><b>Indicador 3</b> : Número de indicadores sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e do CIPD, desagregados por sexo, idade e região, que estão integrados nos sistemas sectoriais de informação existentes.  <b>Baseline</b> : 2 (2011)  <b>Target</b> : 4 (2016)</p> <p><b>Indicador 4</b> :# de análises estatísticas produzidas e disseminadas pelo INE e ODINEs (desagregadas por sexo e meio de residência) com base dos inquéritos realizados e dados administrativos  <b>Baseline</b>: 0 (2011)  <b>Target</b> : 5 (2016)</p> <p><b>Indicador 5</b>: Sistema de informação sanitária descentralizado (incluindo os módulos de nascidos vivos e morbilidade, deSaúde Reprodutiva e vacinação de rotina) operacional  <b>Baseline</b>: Inexistente (2011)  <b>Target</b>: Sistema de Informação sanitária descentralizado operacional (2016)</p>	<p>Relatórios produzidos pelo INE e ODINES</p> <p>Relatório Anual do Ministério da Saúde</p>	
<p><u>Produto 2.1.2</u></p> <p>As administrações possuem capacidades institucionais e humanas que permitem uma planificação e afectação dos recursos em linha com os standards de eficiência e eficácia internacionais.</p>	<p><b>Indicador 1</b> : Estimativa da execução da abordagem orçamento-programa  <b>Baseline</b>: C+ (PEFA rating)  <b>Target</b>: B (PEFA rating)</p> <p><b>Indicador 2</b>:Documento do Quadro de Despesa Sectorial da Saúde e respectivos orçamentos anuais integram a equidade (direitos humanos e género)  <b>Baseline</b>: QDS Ministérios da Saúde  <b>Target</b>: QDS Ministérios da Saúde elaborado e integrada equidade (direitos humanos e género) (2014)</p>	<p>Relatório PEFA</p> <p>Documento do Quadro de Despesa sectorial a Médio Prazo (QDS)</p>	<p>ONU-Mulheres  PAM  PNUD  UNFPA</p>
<p><u>Produto 2.1.3</u></p> <p>O controle externo das despesas públicas pelo Tribunal de Contas e o Parlamento é reforçado em apoio ao programa de reforma das finanças públicas.</p>	<p><b>Indicador 1</b> : % das contas nacionais julgadas anualmente pelo Tribunal de Contas  <b>Baseline</b>: 36%  <b>Target</b>: +50%</p> <p><b>Indicador 2</b> : # dos parlamentares formados sobre as técnicas de análise de orçamento  <b>Baseline</b>: 0% (2011)  <b>Target</b> : 100% das comissões especializadas; 50% dos eleitos (2016)</p>	<p>Relatório anual das contas apresentadas pelo Tribunal de Contas.</p> <p>Relatório Anual do Tribunal das Contas e o Relatório anual do Parlamento;</p>	<p>PNUD</p>
<p><u>Produto 2.1.4</u></p> <p>As administrações possuem capacidades técnicas que permitem</p>	<p><b>Indicador 1</b> : # de planos e outros documentos estratégicos sectoriais avaliados e elaborados  <b>Baseline</b>: Desconhecido (2011)  <b>Target</b>: + 5 (2016)</p>	<p>Relatório anual da Direcção de S&amp;A da Direcção Nacional do Plano</p> <p>Relatório Anual Ministério da Saúde</p>	<p>FAO  OHCHR  OIM  ONU-Mulheres  ONU-Habitat</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p><b>Indicador 2:</b> Plataforma de M&amp;E integrada no Observatório Nacional de Saúde  <b>Baseline:</b> Plataforma não integrada (2011)  <b>Target:</b> Plataforma de M&amp;E do Observatório integrada e em funcionamento</p> <p><b>Indicador 3:</b> Quadro legal para o registo de nascimentos revisto  <b>Baseline:</b>Actual quadro legal de registo dos nascimentos insuficiente (2011)  <b>Target:</b>Novo Código do Estado Civil aprovado (2016)</p> <p><b>Indicador 4:</b>Existência de mecanismos de articulação para a justiça das crianças e justiça juvenil implementados  <b>Baseline:</b> Não há nenhum inter-sectorialidade no sub-sistema de justiça juvenil, não existe um regime especial de justiça para os jovens entre 16 e 21 anos e a relação entre a justiça e a protecção é muito baixa (2011)  <b>Target:</b> Mecanismos de articulação intra e inter-institucional para a justiça das crianças e a justiça juvenil implementados (2016)</p> <p><b>Indicador 5:</b> Padrões de qualidade do sistema de ensino definidos e adoptados oficialmente  <b>Baseline:</b> Inexistência de um quadro de padrões de qualidade do sistema de ensino definidos e adoptados oficialmente (2011);  <b>Target:</b>Padrões de qualidade do sistema de ensino oficialmente definidos e integrado em todos níveis para o subsistema EBI (2016);</p> <p><b>Indicador 6:</b> Censo Escolar realizado e indicadores integrados na base de dados/sistema de informação da educação;  <b>Baseline:</b> Inexistência de um censo escolar exaustiva no país  <b>Target:</b> Censo Escolar realizado (2016)</p> <p><b>Indicador 7:</b> # de Mecanismos de planificação estratégica focados nos resultados disponíveis nos sectores  <b>Baseline:</b>Sistema de planificação estratégico insuficiente para as necessidades do país (2011)  <b>Target:</b>Ferramenta MBB introduzido nos sectores da saúde e da educação (2016)</p> <p><b>Indicador 8:</b> Número de medidas definidas pelos sectores da saúde, administração interna e justiça para implementar a lei da VBG  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> 2 medidas por sector (opções de política, adaptação institucional, reforço das capacidades e/ou abordagens e procedimentos)</p>	<p>Relatório Anual do Projecto de Registo ao nascimento; Boletim Oficial</p> <p>Relatório anual One UN; Relatório Anual do ICCA</p> <p>Relatórios anual do Ministério da Educação</p> <p>Relatórios anuais do Ministério da Educação</p> <p>Relatórios anuais do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde</p> <p>Relatórios anuais do ICIEG</p>	<p>UNFPA UNICEF</p>
--	--	--	-------------------------

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p><u>Produto 2.1.5</u></p> <p>A Administração dispõe de capacidades para a coordenação, implementação, seguimento e avaliação das convenções e tratados internacionais ratificados; incluindo a submissão de relatórios periódicos de seguimento.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> Mecanismo interinstitucional de coordenação e seguimento das convenções internacionais criado e operacional</p> <p><b>Baseline:</b> Inexistente (2011)</p> <p><b>Target:</b> Mecanismo criado (2016)</p> <p><b>Indicador 2 :</b> # de relatórios nacionais sobre as convenções internacionais (CEDAW, ICCPR, CRC, CRPD) elaborados e apresentados aos órgãos internacionais</p> <p><b>Baseline:</b> 1 CEDAW (2010)</p> <p><b>Target:</b> 3 (2016)</p>	<p>Relatório Anual do Secretariado das Convenções e dos Tratados</p> <p>Relatórios submetidos aos órgãos de seguimento dos tratados ratificados por Cabo Verde e/ou boletim oficial</p>	<p>OHCHR ONUDC PNUD ONU-Mulheres UNFPA UNICEF</p>
<p><u>Efeito 2.2</u></p> <p>As instituições nacionais responsáveis pela segurança e a justiça garantem e promovem uma maior segurança e os direitos dos cidadãos, particularmente aos grupos mais vulneráveis.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. % de relatórios produzidos com diligência pelas instituições nacionais e comparáveis aos índices internacionais</li> <li>2. Grau de satisfação dos cidadãos com respeito a justiça</li> <li>3. Taxa de inquéritos criminais e acusações de crimes examinadas</li> <li>4. % de casos de VBG julgados</li> <li>5. % de recomendações do EPU (UPR) realizados</li> <li>6. % de municípios que implementam políticas de planeamento urbano e local integrando a dimensão de segurança</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatórios nacionais e sectoriais</li> <li>2. Inquérito de Satisfação - Nações Unidas</li> <li>3. Relatórios Anuais da Polícia Judiciária, da Polícia Nacional e do Conselho Superior da Magistratura Judicial</li> <li>4. Relatórios do ICIEG e do Ministério da Justiça</li> <li>5. Relatórios sectoriais</li> <li>5. Relatório MDHOT/ ONU Habitat</li> </ol>	<p>OHCHR ONUDC</p>
<p><u>Produto 2.2.1</u></p> <p>O quadro legal e de políticas de combate às drogas e aos crimes é actualizado e respeita todos os compromissos internacionais.</p>	<p><b>Indicador 1 :</b> % das recomendações do relatório da avaliação de Cabo Verde sobre os mecanismos da Convenção Contra a Corrupção implementadas</p> <p><b>Baseline:</b> 0% (2011) - Cabo Verde ratificou a CAC em 2008;</p> <p><b>Target:</b> 60% das recomendações (2016) implementadas)</p> <p><b>Indicador 2:</b> Novo Programa Nacional Integrado de combate as Droga e Crime (2012-2016) elaborado.</p> <p><b>Baseline:</b> Não há programa para esse período (2011)</p> <p><b>Target:</b> Programa elaborado</p>	<p>Relatórios da avaliação sobre os mecanismos de CCC</p> <p>Documento do PNI e Relatórios de seguimento e avaliação</p>	<p>ONUDC</p>
<p><u>Produto 2.2.2</u></p> <p>A capacidade operacional das agências de aplicação da lei é reforçada para uma efectiva prevenção e combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, ao tráfico ilícito de migrantes, à lavagem de capitais e ao terrorismo.</p>	<p><b>Indicador 1 :</b> # de agentes desagregados por sexo e residência com formação especializada nas áreas de prevenção e combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, tráfico ilícito de migrantes, lavagem de capitais e terrorismo</p> <p><b>Baseline:</b> Não disponível (2011)</p> <p><b>Target:</b> 100 por ano</p> <p><b>Indicador 2 :</b> # de equipas conjuntas de controlo do tráfico ilícito nos Portos e Aeroportos Internacionais operacionais .</p> <p><b>Baseline:</b> 1 (2011)</p> <p><b>Target:</b> 7 (2016)</p>	<p>Relatórios Estatísticas da PJ; Relatórios do Ministério da Administração Interna</p> <p>Ministério da Administração Interna</p>	<p>ONUDC</p>
<p><u>Produto 2.2.3</u></p>	<p><b>Indicador 1 :</b> # de famílias sensibilizadas na prevenção de uso de drogas e crimes urbano</p>	<p>Relatórios das actividades de prevenção</p>	<p>ONUDC</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>O Governo e a Sociedade Civil possuem capacidades institucionais para contribuir à prevenção efectiva do uso de drogas e crime urbano.</p>	<p><b>Baseline:</b> Não disponível (2011)  <b>Target:</b> 150 (2016)</p> <p><b>Indicador 2 :</b> # de OSCs e centros de juventude capacitados no domínio de prevenção ao uso de drogas e crimes urbano.  <b>Baseline:</b> 40 (2011)  <b>Target:</b>200 (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> informações sobre a Prevalência do consumo de drogas na população geral e no meio escolar são produzidas  <b>Baseline:</b> Estudos 2005 e 2007;  <b>Target:</b> informações sobre a Prevalência do consumo de drogas na população geral e no meio escolar disponíveis (2016)</p>	<p>Relatórios das actividades de prevenção</p> <p>Relatório do Estudo sobre a prevalência do consumo de drogas</p>	
<p><u>Produto 2.2.4</u></p> <p>Instituições de justiça criminal possuem uma capacidade reforçada para fazer justiça de forma justa, equitativa e efectiva.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> # de operadores da justiça criminal com formações especializadas (desagregados por sexo e ilhas e/ou municípios)  <b>Baseline:</b> Não disponível (2011)  <b>Target:</b> 120 (2016)</p> <p><b>Indicador 2:</b> # de Instrumentos e medidas de protecção das vítimas, especialmente mulheres e crianças aprovados.  <b>Baseline:</b> Não disponível (2011)  <b>Target:</b> 4 (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> O Governo ratificou oOPCAT  <b>Baseline:</b> OPCAT não ratificado (2011)  <b>Target:</b> OPCAT ratificado (2016)</p>	<p>Relatório inicial Central Administrativo Tribunal Central (CAT)</p> <p>Relatório ICCPR (direitos Cívicos e Políticos)</p> <p>Boletim oficial</p>	<p>OHCHR  ONUDDC</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p><u>Produto 2.2.5</u></p> <p>O sistema de justiça juvenil opera de acordo com as normas internacionais e do quadro jurídico nacional.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> # de magistrados com formação especializada na área da justiça juvenil  <b>Baseline:</b> Não disponível (2011)  <b>Target:</b> 50 (2016)</p> <p><b>Indicador 2:</b> Um sistema de recolha, análise e produção de dados sobre a Justiça Juvenil disponível.  <b>Baseline:</b> Não disponível (2011)  <b>Target:</b> Disponível (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> Número de mecanismos legais, administrativos e estruturais para a protecção dos Direitos das crianças em conflito com a Lei.  <b>Baseline:</b> Relatório de avaliação do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde (2011)  <b>Target:</b> 8 (3 legais; 4 administrativos e 2 estruturais) até 2016</p>	<p>Relatórios do sistema de justiça juvenil</p> <p>Relatórios do sistema de justiça juvenil</p> <p>Relatórios do sistema de justiça juvenil</p>	<p>ONU DC</p>
<p><u>Efeito 2.3</u></p> <p>O diálogo e a participação dos diferentes actores sociais e dos cidadãos no processo de desenvolvimento, particularmente dos jovens e das mulheres, são garantidos</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Número de mecanismos que facilitem a participação da sociedade civil no planeamento e avaliação das políticas</li> <li>2. % da sociedade civil organizada que está satisfeita com o facto que a sua voz seja reconhecida pelas instituições públicas nacionais</li> <li>3. % de cidadãos satisfeitos com as capacidades das organizações da sociedade civil</li> <li>4. % de mulheres em posições de tomada de decisão e de diálogo, a nível central, local e nas organizações da sociedade civil</li> <li>5. Número de relatórios alternativos de documentos de planeamento e avaliação das políticas elaboradas pela sociedade civil</li> <li>6. % da população que conhece os seus direitos em matéria de saúde, educação, protecção social, justiça, segurança.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatório da Plataforma das ONGs</li> <li>2. Inquérito de Satisfação</li> <li>3. Inquérito de Satisfação</li> <li>4. Relatórios ICIEG, relatórios sectoriais (Situação de referência Estudo sobre género em África - Estudo sobre o índice de desenvolvimento da condição das mulheres em Cabo Verde 2010)</li> <li>5. Relatório da Plataforma das ONGs</li> <li>6. Inquérito de Satisfação</li> </ol>	<p>ONU-Mulheres  ONU-Habitat  PNUD UNFPA</p>
<p><u>Produto 2.3.1</u></p> <p>A sociedade civil e os médias aumentam sua participação nos processos chave de desenvolvimento nacionais, incluindo a monitorização dos ODMs, seguimento de compromissos internacionais com os Direitos Humanos, implementação do DECRP, e o engajamento Estado-cidadão é reforçado para uma governação</p>	<p><b>Indicador 1:</b> # das instituições centrais e locais capacitadas para uma prestação de contas e governação responsável.  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> a determinar em 2012</p> <p><b>Indicador 2:</b> # de relatórios alternativos de seguimento das perguntas do desenvolvimento do país desenvolvidos e dispersos pelas Organizações Não Governamentais  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> 2 (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> % dos líderes juvenis com capacidades reforçadas beneficiando as organizações de juventude</p>	<p>Relatórios anuais Tribunal de Contas</p> <p>Documentos dos Relatórios produzidos</p> <p>Relatórios anuais da Direcção Geral da Juventude</p>	<p>ONU-Mulheres  PNUD  ONU-Habitat  UNFPA</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>responsiva e de prestação de contas.</p>	<p><b>Baseline:</b> Baixa participação dos jovens organizados nos processos formais dedesenvolvimento (2011)  <b>Target:</b> 50% dos líderes identificados pela DGJ (2016)</p> <p><b>Indicator 4:</b> Rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável funcional  <b>Baseline:</b> inexistente (2011)  <b>Target:</b> operacional (2016)</p> <p><b>Indicator 5:</b> Existência da Agenda Comum de Prioridades emGénero  <b>Baseline:</b> Inexistente (2011)  <b>Target:</b> Agenda elaborada através de um processo de consulta participativa a vários níveis</p>	<p>Relatórios anuais One UN</p> <p>Relatórios anuais ICIEG</p>	
<p><u>Produto 2.3.2</u></p> <p>Os sistemas e processos eleitorais são melhorados.</p>	<p><b>Indicator 1:</b> Existência do mecanismo de participação na preparação dos processos eleitorais da sociedade civil  <b>Baseline:</b> inexistente (2011)  <b>Target:</b> Mecanismo operacional (2016)</p> <p><b>Indicator 1:</b> Número de instituições formados em gestão eleitoral  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Target:</b> 2 (DGAPE e CNE) (2016)</p>	<p>Relatório anual One UN</p> <p>Relatórios anuais DGAPE e CNE</p>	<p>PNUD</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

UNDAF E MATRIZ DE RESULTADOS DO PLANO DE ACÇÃO UNDAF			
<b>Eixo 3: Redução das disparidades e desigualdades</b>			
<b>Prioridades Nacionais de Desenvolvimento</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Modernização do sistema educacional, para uma maior qualidade e equidade do desenvolvimento</li> <li>✓ Melhoria das Condições e das relações do trabalho</li> <li>✓ Melhoria da cobertura do sistema de protecção social</li> <li>✓ Alojamento, gestão fundiária e requalificação urbana</li> <li>✓ Reorganização do serviço nacional de Saúde e garantida sua sustentabilidade</li> <li>✓ Garantia da formação profissional dos jovens e dignificação do trabalho</li> </ul>			
<b>Indicadores de Impacto</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Índice de Gini</li> <li>• % do PIB destinado ao sector social</li> <li>• Taxa de mortalidade infantil e de menores de 5 anos (por sexo e meio de residência)</li> <li>• Taxa de prevalência do HIV (por ilha e por sexo)</li> <li>• Taxa de gravidez na adolescência (por meio rural/urbana e por ilha)</li> <li>• Proporção da população urbana vivendo em bairros degradados</li> <li>• Taxa de migração rural/urbana</li> </ul>			
Resultados	Indicadores, Baseline, Target	Meios de verificação	Agências
<b>Efeito 3.1</b> As instituições nacionais a nível central e local asseguram uma melhor integração da redução das disparidades e da promoção da equidade nas políticas e estratégias sectoriais e intersectoriais.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Número de políticas e programas sectoriais que integram respostas ao tema da redução das disparidades</li> <li>2. Número de instituições com sistemas de informação contendo dados, discriminados por comunidades</li> <li>3. Análise dos dados desagregados disponíveis sobre a natureza, a extensão e características das disparidades ("localizando os MDGs")</li> <li>4. % de municípios com mecanismos participativos de planificação.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Documentos de políticas e programas sectoriais</li> <li>2. Relatórios sectoriais, anuários</li> <li>3. Relatórios de análise produzidos /Relatórios OMDs</li> <li>4. Relatórios dos municípios / relatórios MDHOT</li> </ol>	OHCHR OIT OMS ONU-Mulheres ONU-Habitat PNUD UNFPA UNICEF
<b>Produto 3.1.1</b> Informações quantitativas e qualitativas estão disponíveis evidenciando a natureza, profundidade, importância e distribuição das disparidades e iniquidades, para a definição de políticas sectoriais adequadas (saúde, HIV-SIDA,	<b>Indicador 1</b> : Número de análises sobre as disparidades e desigualdades, disponíveis e utilizados para o planeamento. <b>Baseline:</b> 0 (2011) <b>Target:</b> 2 (2014) <b>Indicador 2</b> : Número de Planos municipais que distribuem explicitamente os recursos para a redução das disparidades e da promoção da equidade	Documentos de planificação elaborados durante o período   Documentos de planos municipais produzidos	OMS ONU-Mulheres ONU-Habitat UNFPA UNICEF

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>educação, emprego, protecção, justiça, habitação)</p>	<p><b>Baseline:</b> 1 (2011) <b>Alvo:</b> 10 (2016)</p>		
<p><u>Produto 3.1.2</u></p> <p>Políticas sectoriais chave são revisadas para ter em conta as disparidades, incluindo as desigualdades de género, de acordo com os padrões de Direitos Humanos.</p>	<p><b>Indicador 3:</b> Número de Programas/Estratégias nacionais de qualidade dos serviços de saúde centrados nas necessidades dos pacientes elaborados. <b>Baseline:</b> 0 (2011) <b>Target:</b> 1 Programa Nacional de qualidade na saúde centrado nas necessidades dos pacientes (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> O plano de Acção de combate ao trabalho infantil é revisto e apresentado para aprovação. <b>Baseline :</b> não existe (2011) <b>Target :</b> plano de acção adoptado (2016)</p> <p><b>Indicador 4:</b> Número políticas e programas sectoriais que melhoram a integração da abordagem aogénero <b>Baseline:</b> 0 (2011) <b>Alvo:</b> 4 (2016)</p>	<p>Relatório anual de execução dos programas municipais</p> <p>Relatório anual ICCA</p> <p>Relatórios Anuais ICCA</p>	<p>OIT OMS ONU-Mulheres ONU-Habitat PNUD UNFPA UNICEF</p>
<p><u>Efeito 3.2</u></p> <p>As instituições centrais, desconcentradas e locais asseguram a prestação equitativas de serviços de qualidade.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. % da população com acesso a pelo menos 3 (das 6) serviços sociais de base</li> <li>2. Número de vagas na educação pré-escolar oferecidas pelas instituições públicas e privadas ou proporção das crianças entre 4 e 5 anos nas instituições privadas ou públicas do ensino pré-escolar</li> <li>3. Número de serviços descentralizados disponíveis por município</li> <li>4. Grau de satisfação dos utilizadores dos serviços públicos.</li> <li>5. % da população com acesso a pelo menos 4 serviços do pacote serviços da saúde de base</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Inquérito multiobjectivo INE, QUIBB, relatórios anuais das Nações Unidas Cabo Verde</li> <li>2. Relatório estatístico MES</li> <li>3. Relatórios sectoriais e relatórios ANMCV</li> <li>4. Inquérito de Satisfação (a elaborar) QUIBB, IDRS; relatório estatístico do Ministério da Saúde</li> </ol>	<p>OIT OMS ONUDC ONU-Habitat PNUD UNESCO UNFPA UNICEF</p>
<p><u>Produto 3.2.1</u></p> <p>A qualidade dos serviços a nível local, particularmente na área da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> % das crianças menores de 1 ano de idade (por sexo) vacinadas com três doses da vacina difteria/tétanos/coqueluche (DPT3) e Penta3. <b>Baseline:</b> 2009: DTC3: 94%. Penta3: Não disponível <b>Alvo:</b> 2016: 95%</p> <p><b>Indicador 2 :</b> Número de profissionais de saúde com formação especializada em matéria de tratamento das dependências. <b>Baseline :</b> 57 (2011) <b>Alvo :</b> 250 (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> Número de Directivas para a promoção da saúde mental e a prevenção dos transtornos mentais e de comportamento elaborados</p>	<p>Relatório Estatístico do Ministério da Saúde</p> <p>Relatórios anuais do Ministério da Saúde</p>	<p>OMS OIT ONUDC ONU-Habitat PNUD UNESCO UNFPA UNICEF</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<p><b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Alvo:</b> 2 (Protocolos terapêuticos de saúde mental e legislação sobre a saúde mental) (2013)</p> <p><b>Indicador 6:</b> Nº de estruturas /programas de tratamento de UD que respeitam as directivas e padrões internacionais em matéria de tratamento das dependências e reinserção social.  <b>Baseline:</b> 3 Protocolos interinstitucional de tratamento; tradução do pacote Treatnet para português (2011)  <b>Alvo:</b> 22 estruturas de saúde do país implementando o programa Treatnet em (2016)</p> <p><b>Indicador 7:</b> Existência de mecanismos para monitorização da aplicação dos protocolos de articulação interinstitucional em matéria de tratamento e reinserção social dos toxicodependentes.  <b>Baseline:</b> mecanismo inexistente (2011)  <b>Alvo:</b> Mecanismo implementado e operacional (2016)</p>	<p>Relatórios Comissão Nacional de Combate á Droga</p> <p>Relatório CRPD (deficiências)</p>	
<p><u>Produto 3.2.2</u>  3.2.2 Respostas intersectoriais são fornecidas aos direitos à saúde sexual e reprodutiva, particularmente para os jovens e as mulheres.</p>	<p><b>Indicador 1 :</b> % dos custos de contracepção cobertos pelo orçamento nacional.  Baseline: 0 (2012);  Target: 40% (2014)</p> <p><b>Indicador 2:</b> % de jovens com acesso aos serviços de saúde reprodutiva nos centros de juventude e centros de saúde, incluindo aqueles que são explorados por organizações não governamentais (ONG).  <b>Baseline:</b> não disponível (2011)  <b>Target:</b> 50% (2016)</p>	<p>Relatório da execução do orçamento do MS</p> <p>Relatórios dos centros de Saúde da Reprodução; relatórios de visitas de supervisão</p>	<p>OMS  UNESCO UNFPA</p>
<p><u>Produto 3.2.3</u>  Uma resposta multi-sectorial às IST/VIH/SIDA, tuberculose e abuso de drogas implementada, focalizada nas populações mais em risco e vulneráveis.</p>	<p><b>Indicador 1:</b>% de mulheres grávidas e seropositivas que têm acesso a tratamentos ARV e os serviços de PMTCT.  Baseline: 85% (2010)  Target: 95% (2016)</p> <p><b>Indicador 2 :</b> Número de programas de comunicação sobre o comportamento sexual e da violência baseada no género implementado.  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Alvo:</b> 3 (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> % de UD e seus parceiros, e reclusos com acesso aos serviços de prevenção e de cuidados ao VIH/SIDA, principalmente IEC, Despistagem e aconselhamento voluntário, preservativos, prevenção e tratamento das</p>	<p>Relatório estatístico Ministério da Saúde</p> <p>Documento de estratégia; relatório de seguimento e avaliação da estratégia</p>	<p>OMS  ONU DC  ONUSIDA  PNUD  UNESCO  UNFPA  UNICEF</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<p>ISTs, ART</p> <p><b>Baseline</b> : Não disponível</p> <p><b>Alvo</b> : 60 % UD e seus parceiros e 80 % reclusos</p>		
<p><b>Efeito 3.3</b></p> <p>As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, exigem e utilizam serviços de qualidade.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. % da população utilizando pelo menos 3 (dos 6) serviços de base</li> <li>2. % da população que tem utilizado pelo menos um dos serviços do pacote dos serviços de saúde</li> <li>3. % da população afectada pelo VIH-SIDA, que está sob tratamento VIH-SIDA</li> <li>4. Taxa de conclusão do ensino primário e transição para a escola secundária</li> <li>5. Número de pessoas utilizando as "Casas de direito"</li> <li>6. Taxa de conclusão da educação pré-escolar</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Inquérito multi objectivo INE</li> <li>2. QUIBB, IDRS, relatório estatístico do Ministério da Saúde</li> <li>3. Relatório Ministério da Saúde / Relatórios de seguimento dos Fundos Mundiais / Relatórios CCS-SIDA</li> <li>4. Relatório estatístico do MES</li> </ol> <p>Relatórios do Ministério da Justiça / Relatórios de seguimento Relatório estatístico do MES</p>	<p>OMS</p> <p>ONU-Mulheres</p> <p>ONU-Habitat</p> <p>UNICEF</p> <p>UNFPA</p> <p>VNU</p>
<p><b>Produto 3.3.1</b></p> <p>As capacidades das comunidades, em particular as mais vulneráveis, são fortalecidas para a adopção de práticas essenciais que promovam o desenvolvimento integral dos seus membros, e aumentam a demanda de serviços sociais essenciais.</p>	<p><b>Indicador 1</b> % das famílias que adoptam pelo menos 2 práticas essenciais.</p> <p>Baseline: 20% (2011)</p> <p>Alvo: a determinar em 2012</p> <p><b>Indicador 2:</b> Número de programas para a educação dos pais/familiares, concebidas, implementadas e avaliadas.</p> <p>Baseline: a determinar</p> <p>Alvo: a determinar em 2013</p> <p><b>Indicador 3:</b> % das mulheres e dos homens de 15-49 anos de idade que estão de acordo com o facto que o marido, ou o companheiro, tenha o direito de violentar ou bater sua esposa e/ou companheiro, por razões específicas (por urbano / rural, a ilha e o quintil).</p> <p><b>Baseline:</b> 17% mulheres, 16% homens (2005);</p> <p><b>Alvo:</b> a determinar no ano de IDSR III</p>	<p>Relatório de análise do inquérito práticas familiares</p> <p>Documentos de Programas difundidos</p> <p>Relatório do IDSR III e APIS</p>	<p>ONU-Mulheres</p> <p>ONU-Habitat</p> <p>OMS</p> <p>UNFPA</p> <p>UNICEF</p>
<p><b>Produto 3.3.2</b></p> <p>O voluntariado nacional é ampliado para assegurar a cidadania activa e reforçar a cidadania territorial por meio de estratégias e intervenções-chave de desenvolvimento em nível local.</p>	<p><b>Indicador 1</b> :#de voluntários desagregados por sexo e meio de residência que apoiam os serviços sociais de nível comunitário.</p> <p><b>Baseline:</b> 0 (2011)</p> <p><b>Alvo:</b> a determinar (2016)</p> <p><b>Indicador 2:</b> # das organizações mobilizadoras de voluntários integradas no programa de voluntariado (credenciado e eficazmente activos)</p> <p><b>Baseline:</b> 0 em 2012</p> <p><b>Target:</b> 100% das organizações de angariação de voluntários em Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo participam em formações e são acreditadas pelo PNV.</p>	<p>Relatórios anuais PNV (Ministério da Juventude)</p> <p>Relatório anual sobre o voluntariado</p>	<p>VNU</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

UNDAF E MATRIZ DE RESULTADOS DO PLANO DE ACÇÃO UNDAF			
<b>Eixo 4: Sustentabilidade ambiental, adaptação às mudanças climáticas</b>			
<b>Prioridades Nacionais de Desenvolvimento</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promoção de uma gestão sustentável dos recursos naturais, garantindo a valorização da natureza e do território, a protecção da biodiversidade e da paisagem;</li> <li>✓ Reforço da integração do ambiente nas políticas sectoriais e de desenvolvimento regional e local;</li> <li>✓ Reforço da política de desenvolvimento da economia rural como um instrumento para a fixação das populações no interior do país ;</li> <li>✓ Reforço da informação e da formação ambiental;</li> <li>✓ Orientação da política urbana para as questões da sustentabilidade ambiental, elemento decisivo para a integração espacial, social e funcional do Território;</li> </ul>			
<b>Indicadores de Impacto</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Índice de Vulnerabilidade Ambiental</li> <li>• Emissão per capita de dióxido de carbono e consumo de substâncias que afectando a camada de ozono</li> <li>• % das zonas arborizadas</li> <li>• % da população com acesso à água potável (rural e urbano)</li> <li>• % da população com acesso ao sistema de saneamento (rural e urbano)</li> <li>• % da população morando em zonas a risco de catástrofes naturais</li> </ul>			
Resultados	Indicadores, Baseline, Alvo	Meios de verificação	Agências
<p><b>Efeito 4.1</b></p> <p>As instituições reforçam a governação ambiental e integram os princípios de sustentabilidade ambiental, mudanças climáticas e redução dos riscos de desastres naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. % de recursos do Estado atribuídos ao sector ambiental</li> <li>2. Número de documentos estratégicos sectoriais (saúde, educação, turismo, agricultura) e DSRP incorporando a sustentabilidade ambiental, alterações mudanças e redução de desastres naturais</li> <li>3. % de leis nacionais, locais e sectoriais conformes ao AMA promovendo as melhores práticas ambientais</li> <li>4. % de relatórios nacionais relativos aos acordos-quadro das Nações Unidas e relatório sobre a qualidade do ambiente apresentados dentro dos prazos</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatório de seguimento do PANA</li> <li>2. Relatório de seguimento do PANA</li> <li>3. Boletim oficiais e relatórios DGA</li> <li>4. www.sia.cv</li> <li>5. Comunicação nacional ao Secretariado das convenções</li> </ol>	<p>FAO OMS ONUDI ONU-Habitat PNUD PNUE UNESCO UNFPA UNICEF</p>
<p><b>Produto 4.1.1</b></p> <p>O quadro legal e regulamentar de governação ambiental integra os princípios de sustentabilidade, equidade e mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em conformidade com os compromissos internacionais.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> Quadro legal e regulamentar da Autoridade Autónoma de Gestão das Áreas Protegidas de Cabo Verde elaborado</p> <p><b>Baseline:</b> Inexistente</p> <p><b>Alvo:</b> Quadro legal e regulamentar disponível (2016)</p> <p><b>Indicador2:</b> Quadro legal do ambiente revisto</p> <p><b>Baseline:</b>Quadro legal do ambiente 1993 (2011)</p> <p><b>Alvo:</b>Quadro legal do ambiente é revisto (2016)</p>	<p><b>Documento quadro legal e/ou Relatório Anual DGA</b></p> <p><b>Documento quadro legal e/ou Relatório Anual DGA</b></p>	<p>FAO OMS ONU-Habitat PNUD PNUE</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<p><b>Indicador3:</b> #de novas áreas marinhas e terrestres protegidas com planos de gestão. <b>Baseline:</b>3(2011) <b>Alvo:</b>13 (2016)</p> <p><b>Indicador 4:</b> Número de planos e programas que integram medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas <b>Baseline:</b> 0 (2011) <b>Alvo :</b> 6 (PAGIRH, DECRP, Política de Saneamento, 3 PDM) (2016)</p> <p><b>Indicador 5:</b> #das áreas protegidas com planos para a integração do género <b>Baseline:</b>0 (2011) <b>Alvo:</b> 3 (2016)</p>	<p><b>Documento quadro legal e/ou Relatório Anual DGA</b></p> <p><b>Documentos de Plano e programas</b></p> <p><b>Documentos de Plano e programas</b></p>	
<p><u>Produto 4.1.2</u></p> <p>As capacidades das instituições centrais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de prevenção e resposta aos desastres naturais sensíveis ao género, às crianças e à juventude.</p>	<p><b>Indicador 1 :</b> # de quadros (desagregados por sexo) dos serviços da protecção civil capacitados em termos de resposta e prevenção de riscos de desastres. <b>Baseline:</b> 0 (2011) <b>Alvo:</b> 70 (2016)</p> <p><b>Indicador 2 :</b> Plano Nacional e planos locais de contingência elaborados integram as necessidades das mulheres, crianças e jovens. <b>Baseline:</b> Plano de Contingência desenvolvido em .... Existe, mas não inclui as necessidades das mulheres, crianças e jovens. 22 Municípios com planos de contingência desenvolvidos (2011) <b>Alvo:</b> Plano nacional e 22 planos de contingência locais desenvolvidos e incorporam as necessidades das mulheres, crianças e jovens (2016)</p> <p><b>Indicador 3 :</b> Sistema de Alerta precoce multirrisco posto em prática e operacional <b>Baseline:</b>Nenhum sistema de alerta precoce (2011) <b>Alvo:</b>Sistema de alerta precoce no lugar (2016)</p> <p><b>Indicador 4:</b> Mapeamento de susceptibilidade e de riscos elaborado <b>Baseline:</b> Inexistente (2011) <b>Alvo:</b> Disponível (2016)</p> <p><b>Indicador 5 :</b>% dos quadros nacionais dos serviços públicos centrais e locais (desagregadas por sexo e idade) formados em planificação, seguimento e avaliação do programa de gestão do ambiente e a prevenção e gestão das catástrofes naturais. <b>Baseline :</b> 0% (2011) <b>Alvo:</b> 25% dos quadros superiores da Administração Pública (2016)</p>	<p><b>Relatório anual dos serviços da protecção civil</b></p> <p><b>Documento dos planos de contingência ; relatório anual dos serviços de protecção civil e relatório anual One UN e</b></p> <p><b>Relatório anual dos serviços da protecção civil e um Relatório Anual One UN</b></p> <p><b>Documento do mapeamento</b></p> <p><b>Relatórios de formações</b></p>	<p>FAO OMS PNUD UNESCO UNFPA UNICEF</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p><u>Produto 4.1.3</u></p> <p>Planificação e implementação de políticas de crescimento ‘verde’ apoiadas nas energias renováveis e no uso eficiente dos recursos para um desenvolvimento de baixo carbono e uma produção mais limpa.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> Uma estratégia de promoção de edifícios verdes elaborada.  <b>Baseline:</b> Não existe (2011)  <b>Alvo:</b> Estratégia elaborada (2016)</p> <p><b>Indicador 2:</b> Número de documento de política de desenvolvimento de baixa emissão de carbono e resiliente ao clima elaborados  <b>Baseline:</b> 0 (2011)  <b>Alvo :</b> 2 - Plano de Medidas de Redução apropriado a escala nacional (MAAEN) em 2012 e a Estratégia de desenvolvimento de baixa emissão de carbono e resiliente ao clima em 2013.</p> <p><b>Indicador 3:</b> # de instituições e casas que instalam sistemas de Energia Renováveis  <b>Baseline:</b> As instituições públicas utilizam principalmente electricidade de rede. 0Casas(2011)  <b>Alvo:</b> 5 instituições públicas seleccionadas têm sistemas de Energia Renováveis 5 casas seleccionadas (2016)</p> <p><b>Indicador 4:</b> Número de centros de promoção de RECP instalados  <b>Baseline =</b> 0 (2011)  <b>Alvo =</b> 2 (2016)</p> <p><b>Indicador 5:</b> Número de PMEs adotando Sistemas de Gestão da Qualidade (certificados, no caso do Sistema de Gestão Ambiental; reconhecido pelos Centros, no caso da metodologia CP)  <b>Baseline =</b> 0 (2011)  <b>Alvo=</b> 40 (2016)</p>	<p><b>Documento da estratégia de promoção dos prédios verdes</b></p> <p><b>Documentos de políticas de desenvolvimento de baixa emissão de carbono</b></p> <p><b>Documento do programa de sensibilização ; relatório de avaliação da campanha de sensibilização ;</b></p> <p><b>Relatório anual da Direcção de Energia</b></p> <p><b>Relatório anual da Direcção de Energia</b></p>	<p>ONU-Habitat          ONUDI          PNUD          PNUE</p>
<p><u>Efeito 4.2</u></p> <p>As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção dos habitats críticos e da biodiversidade, e utilizam de forma sustentável os recursos naturais para um crescimento inclusivo.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. % de áreas terrestres e marinhas protegidas com planos de gestão</li> <li>2. Ratio entre o uso das energias renováveis e não renováveis</li> <li>3. Volume das águas residuárias reutilizadas na produção agrícola</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatório relativo a qualidade do ambiente</li> <li>2. Relatório do Min. Do turismo e da energia</li> <li>3. Relatórios de seguimento do PANA / Relatório relativo a qualidade do ambiente</li> </ol>	<p>FAO          PNUD          PNUE</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p><u>Produto 4.2.1</u></p> <p>As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> Número de programas e planos concebidos e implementados por quadros nacionais, visando a implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e ecossistemas críticos.</p> <p><b>Indicador 2:</b> # de quadros nacionais capacitados para monitorizar e avaliar os programas de reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos. <b>Baseline:</b> 5 (2012) <b>Alvo:</b> 20 (2016)</p> <p><b>Indicador 3:</b> Número de Reservas da Biosfera criadas <b>Baseline:</b> 0 (2011) <b>Alvo:</b> 3 -nas ilhas de Maio, Sal e Boavista (2016)</p>	<p><b>Documentos de programas, relatório de seguimento e avaliação</b></p> <p><b>Relatórios de formações ; relatório de seguimento e avaliação do programa</b></p> <p><b>Relatório do conselho dos Ministros, boletim oficial</b></p>	<p>FAO PNUD PNUe</p>
<p><u>Efeito 4.3</u></p> <p>As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de advocacia ambiental e formulam, implementam e avaliam projectos comunitários de gestão durável dos recursos naturais.</p>	<p><b>1.% dos cidadãos satisfeitos com as capacidades em matéria de defesa ambiental das organizações da sociedade civil</b></p> <p><b>2.Número de projectos e programas comunitários desenvolvidos pelos OCB eOSC</b></p> <p><b>3.% do orçamento do Estado para o sector do ambiente consagrados aos projectos de reconversão</b></p> <p><b>4.% de cidadãos fazendo playdoyer em favor do ambiente</b></p>	<p><b>1.Inquérito de Satisfação</b></p> <p><b>2.Relatório da Plataforma das ONGs, relatórios de avaliação dos projectos (por ex. : SmallGrants)</b></p> <p><b>3.Relatórios de seguimento do PANA, Relatório sobre a qualidade do ambiente</b></p> <p><b>4.Inquérito de Satisfação</b></p>	<p>FAO ONU-Habitat PNUD UNESCO</p>
<p><u>Produto 4.3.1</u></p> <p>O empoderamento socioeconómico das populações vulneráveis, especialmente as mulheres e os jovens, é melhorado com a promoção de práticas inovadoras de uso sustentável dos recursos naturais.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> % das florestas exploradas com práticas inovadoras de gestão <b>Baseline:</b> 0 (2011) <b>Alvo:</b> Pelo menos 15% das florestas</p>	<p><b>Relatório anual MDR</b></p> <p><b>Relatório de seguimento e avaliação dos projectos de gestão participativa</b></p>	<p>FAO PNUD</p>
<p><u>Produto 4.3.2</u></p> <p>As comunidades locais são melhor preparadas e mais resilientes aos desastres e aos impactos das mudanças climáticas.</p>	<p><b>Indicador 1:</b> Número de comunidades que participam na Avaliação participativa das vulnerabilidades Ambientais (VRA) <b>Baseline:</b> Em 2011, foi aplicado o baseline em 12 comunidades (2011) <b>Alvo:</b> Reavaliação da percepção de riscos nas 12 comunidades de intervenção(2016)</p> <p><b>Indicador 2:</b> Número de comunidades preparadas para situações de emergência <b>Baseline:</b> 12 (2012) <b>Alvo:</b> a determinar em 2012</p>	<p><b>Relatórios dos projectos</b></p> <p><b>Relatórios dos projectos</b></p>	<p>ONU-Habitat UNESCO</p>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p><u>Produto 4.3.3</u></p> <p>A sociedade civil tem uma maior capacidade de advocacia para uma gestão sustentável dos recursos naturais nas suas comunidades e em nível nacional.</p>	<p>Indicador 1: # de jornalistas capacitados em matéria de mudança climática e sustentabilidade ambiental Baseline: 0 (2011) Alvo: 20 (2016)</p> <p>Indicador 2: Número de organizações da sociedade civil que recebem uma formação em gestão sustentável dos recursos naturais Baseline: 0 (2011) Alvo: Pelo menos 18 (2016)</p>	<p><b>Relatório de formação dos jornalistas</b></p> <p><b>Relatórios do Projecto</b></p>	<p>UNESCO</p>
--	---	--	---------------

## 2. Actividades principais do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)

Actividades principais do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)	
PILAR 1 : Crescimento inclusivo e redução da pobreza	
Efeito 1.1: As políticas e programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza apoiam a competitividade e um crescimento económico durável em favor das populações vulneráveis.	
Produtos	Actividades principais
<p><u>1.1.1</u> A integração de Cabo Verde no sistema do comércio internacional é reforçada, com base no cumprimento dos acordos internacionais, e nas políticas e estratégias de competitividade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das capacidades dos Ministérios / instituições implicadas para o cumprimento com os compromissos da OMC, acordos internacionais sobre questões relacionadas com comércio, promoção dos investimentos, exportação e competitividade.</li> <li>• Actualização do sistema de qualidade nacional: em consonância com os esforços a nível da CEDEAO e em estreita cooperação com o instituto de qualidade nacional, assistência técnica e apoio para desenvolver as regras de qualidade nacional e reforçar do quadro regulamentar, para facilitar uma maior integração da economia no sistema de comercio multilateral bem como para aumentar a protecção do consumidor no país.</li> <li>• Assistência técnica para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação que contribuem para a criação de emprego e de um crescimento pró-pobre.</li> <li>• Assistência técnica ao desenvolvimento do turismo durável, ecoturismo e o turismo natureza, conforme à estratégia de parceria público-privada para um turismo durável em Cabo Verde (2010-2015), incluindo gestão da marca de produtos «made in CV».</li> </ul>
<p><u>1.1.2</u> Políticas e estratégias baseadas em evidências são formuladas e seguidas, incluindo o reforço do quadro regulamentar e administrativo relevante, para melhorar o desempenho agrícola e industrial, promover o empreendedorismo e investimento em prol de um crescimento pró-pobre.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar o ambiente de negócios para o desenvolvimento do empreendedorismo: reforçar a capacidade das instituições nacionais e locais na economia para implementar e monitorizar as medidas de reforma do ambiente de negócios, em particular para realizar funções regulamentares e administrativas, prestar serviços de qualidade para o sector privado de forma eficaz, eficiente e transparente e para melhor facilitar uma ampla visão das actividades empresariais em linha com o plano de acção para a reforma do ambiente de negócios.</li> <li>• Promoção dos investimentos: capacitação da Agência de Promoção dos Investimentos para apoiar o investidor na tomada de decisão, contribuir para a formulação de políticas e unificar as partes interessadas na promoção do investimento em volta de uma visão comum com base na evidencia empírica.</li> <li>• Competitividade Industrial: apoiar para melhorar os formuladores de políticas e instituições relevantes na capacidade de acesso e utilização dos dados e informação, na formulação de políticas de planeamento e desenvolvimento industrial baseadas em evidencias, promovendo o estabelecimento de um diálogo entre o sector publico e privado, através do comité e outras actividades comuns.</li> <li>• Agro-pecuário e Pescas: Apoio à realização de estudos e elaboração de planos e programas visando o aumento da produtividade e competitividade no sector agro-pecuário e das pescas, tal como o estabelecimento de parcerias público-privadas para promover o investimento e aplicação das normas</li> </ul>

## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura e Industrias Criativas: Apoio técnico pra a finalização do Plano Estratégico da Cultura e para a elaboração do Plano estratégico da Indústrias Culturais.</li> </ul>
<p><b>Output 1.1.3</b> Análises prospectivas e políticas e opções de programa baseadas em evidências são realizadas e definidas enquanto suporte de financiamento sustentável do sector social e redução da pobreza e vulnerabilidade, com especial atenção às mulheres e crianças.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao desenvolvimento institucional, organizacional e de recursos humanos para estudos prospectivos de longo prazo sobre sectores chave (emprego, dinâmicas da população, financiamento do sector social, incluindo a saúde e protecção social, espaço e sistema fiscal, acesso a serviços básicos)</li> <li>• Assistência técnica e institucional para a análise do impacto económico e social das políticas publicas sobre os mais vulneráveis e identificação de estratégias e programas alternativos de redução da pobreza e vulnerabilidade</li> </ul>
<p><b>Efeito 1.2: O setor privado, especialmente as MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) em áreas urbanas e rurais, tem um melhor acesso aos mercados, aos serviços de assistência técnica e financeira e aumenta a sua competitividade e contribuição ao crescimento e emprego decente.</b></p>	
<b>Produtos</b>	<b>Actividades principais</b>
<p>1.2.1 As MPME's beneficiam de serviços de apoio melhorados, com enfoque nas mulheres e jovens, para uma contribuição reforçada ao crescimento, ao investimento social e ambientalmente responsável, e a geração de empregos decentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento/Empreendimento - Reforçar a capacidade dos fornecedores de apoio ao desenvolvimento de negócios (BDS - Business Development Support) para garantir uma melhor qualidade e mais serviços de consultoria em melhoria da produtividade, modernização das empresas, eficiência colectiva e redes, desenvolvimento empresarial para as indústrias criativas de forma eficaz e sustentável, apoiar um número crescente de empresários e empresas, incluindo serviços especiais para as mulheres e a diáspora.</li> <li>• Assistência técnica para a identificação de soluções financeiras diversificadas, incluindo micro-finanças, fundo de capital de risco e a disponibilidade de dados para medir a inclusão financeira</li> <li>• Assistência técnica para o desenvolvimento de sistemas de seguimento dos indicadores chave económicos e financeiros quantificáveis, para medir e maximizar o valor económico acrescentado e a criação de emprego decorrentes do investimento das PMEs</li> </ul>
<p>1.2.2 As empresas do sector privado, nomeadamente as MPMEs, melhoram o cumprimento com normas internacionais para uma maior competitividade e acesso ao mercado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da qualidade da infra-estrutura - Fornecer assistência técnica, formação e apoio para o desenvolvimento nacional de infra-estruturas de qualidade e para os empresários, em particular as PMEs, a fim de desenvolver um organismo nacional de normalização e de apoio aos laboratórios na área de testes de peixe, em particular (São Vicente), bem como testes de alimentos em geral (Santiago) e para aumentar a sua compreensão às exigências do mercado internacional e padrões de qualidade ou regulamentos técnicos em geral.</li> <li>• Segurança alimentar em Cabo Verde: melhorar a saúde pública e segurança alimentar através de uma abordagem abrangente sobre as condições políticas e implementar níveis para o cumprimento dos compromissos assumidos por Cabo Verde no Acordo da OMC sobre medidas sanitárias e fitossanitárias. (Joint Programme – FAO, ONUDI e OMS).</li> </ul>
<p>1.2.3 As cadeias de valor de Agronegócios e as melhores práticas de produção, marketing e comercialização na agricultura, pecuária e pescas, são</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a produção hidropónica de alimentos.</li> <li>• Melhorar as raças animais através da introdução e difusão de técnicas de inseminação artificial</li> <li>• Melhorar e aplicar o controle integrado das principais pragas</li> </ul>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>introduzidas e aplicadas para aumentar a produtividade e qualidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planear e pilotar a aquacultura e melhorar o apoio a pesca artesanal</li> <li>• Promoção dos alimentos são nos mercados municipais</li> </ul>
<p><b>Efeito 1.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, no meio rural e urbano têm um melhor acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e da produtividade durável.</b></p>	
<p><b>Produtos</b></p>	<p><b>Actividades principais</b></p>
<p>1.3.1 O Governo e os actores Nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos assalariados e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras</li> <li>• Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pescas e transformação agro-alimentar e artesanato</li> <li>• Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados</li> <li>• Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais.</li> </ul>
<p>1.3.2. Um currículo de empreendedorismo é introduzido a todos os níveis da educação e do sistema de formação profissional, com uma especial ênfase nas mulheres e nos jovens, para uma sociedade empreendedora.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino secundário e técnico, nível da Universidade (pré-serviço de formação de professores) - Apoio para a introdução do currículo de empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico, incluindo a pré-formação contínua dos professores com vista a equipar o sistema de ensino, para preparar a juventude para uma sociedade mais empreendedora.</li> <li>• Formação profissional: apoiar os parceiros nacionais na formação de formadores, adaptação dos manuais de formação e apoio a institucionalização da cultura empresarial da FP - Função Pública</li> </ul>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

Actividades principais do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)	
PILAR 2 : Consolidação das instituições, democracia e cidadania.	
Efeito 2.1: As administrações nacionais e as instituições de controlo são mais eficazes e eficientes no planeamento, implementação, seguimento e avaliação de um desenvolvimento equitativo.	
Produtos	Actividades principais
2.1.1 O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planificação e de alimentação do sistema nacional de seguimento e avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio a definição, produção, e utilização de indicadores de base relativos para monitorização e avaliação da igualdade de género ;</li> <li>• Apoio no reforço dos sistemas estatísticos sectoriais;</li> <li>• Programa de reforço das capacidades dos utentes de estatísticas para a análise e tomada de decisão (programa de alfabetização estatística);</li> <li>• Reforço das capacidades técnicas humanas e institucionais do INE e dos sectores (ODINE)</li> <li>• Apoio ao reforço e a integração dos sistemas de produção e análise da estatística administrativa e sectorial.</li> </ul>
2.1.2 As administrações possuem capacidades institucionais e humanas que permitem uma planificação e afectação dos recursos em linha com os standards de eficiência e eficácia internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução de metodologias e ferramentas, revisão do quadro legal, formação dos RH e elaboração de manuais de procedimentos para a integração do género nos processos nacionais de planeamento e orçamentação.</li> <li>• Assistência técnica aos Ministérios nos sectores sociais (educação, saúde, emprego e juventude) no quadro da implementação do programa de reforma das finanças públicas.</li> </ul>
2.1.3 O controle externo das despesas públicas pelo Tribunal de Contas e o Parlamento é reforçado em apoio ao programa de reforma das finanças públicas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência técnica e reforço institucional ao Tribunal das contas na implementação do quadro regulamentar revisto e do plano estratégico 2012-2016</li> <li>• Assistência técnica e reforço institucional à administração parlamentar e aos eleitos.</li> </ul>

## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio a elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</li> <li>• Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</li> <li>• Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças ;</li> <li>• Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;</li> <li>• Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</li> <li>• Apoio a consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</li> </ul>
<p>2.1.5 A Administração dispõe de capacidades para a coordenação, implementação, seguimento e avaliação das convenções e tratados internacionais ratificados; incluindo a submissão de relatórios periódicos de seguimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência técnica para a coerência dos instrumentos jurídicos nacionais a luz dos compromissos internacionais</li> <li>• Informação e formação dos actores nacionais (corpo jurídico, parlamento, policia e segurança, sociedade civil, medias, público) em relação aos conteúdos e implicações das convenções.</li> <li>• Advocacia e assessoria para a implementação de mecanismos interinstitucionais de monitorização da implementação das convenções.</li> </ul>
<p><b>Efeito 2.2: As instituições nacionais responsáveis pela segurança e a justiça garantem e promovem uma maior segurança e os direitos dos cidadãos, particularmente aos grupos mais vulneráveis.</b></p>	
<p><b>Produtos</b></p>	<p><b>Actividades principais</b></p>
<p>2.2.1 O quadro legal e de políticas de combate às drogas e aos crimes é atualizado e respeita todos os compromissos internacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio na harmonização da legislação nacional com as Convenções Internacionais em matéria de drogas e crime</li> <li>• Assistência técnica na formulação e implementação do Programa Nacional Integrado sobre as drogas e crime.</li> </ul>
<p>2.2.2 A capacidade operacional das agências de aplicação da lei é reforçada para uma efetiva prevenção e combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, ao tráfico ilícito de migrantes, à lavagem de capitais e ao terrorismo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio na melhoria da qualidade analítica das investigações (incluindo questões financeiras) e dos procedimentos penais dos serviços especializados (fluxos financeiros, ciência forense, médico-legal, cena de crime, etc.)</li> <li>• Apoio na capacitação das equipas conjuntas de controle dos tráficos ilegais nos principais portos e aeroportos</li> </ul>
<p>2.2.3 O Governo e a Sociedade Civil possuem capacidades institucionais para contribuir para a prevenção efetiva do uso de drogas e crime urbano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das capacidades das instituições governamentais e da sociedade civil, incluindo ONGs/OBCs, famílias e jovens, em matéria de prevenção do uso de drogas e criminalidade urbana</li> <li>• Apoio na análise da situação e das tendências do uso de drogas e sua relação com o crime urbano.</li> </ul>

## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>2.2.4 Instituições de justiça criminal possuem uma capacidade reforçada para fazer justiça de forma justa, equitativa e efectiva.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio no reforço das capacidades técnicas dos operadores de justiça criminal</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento de medidas efectivas para a protecção das vítimas, dos menores e das testemunhas.</li> <li>• Apoio à reforma do sistema penitenciário e de reinserção social dos reclusos condenados</li> <li>• Apoio na reforma do sistema judiciário e do mapa judicial</li> <li>• Apoio no desenvolvimento de estratégias e mecanismos que facilitam a consciência jurídica e promovem o acesso à informação jurídica, com ênfase nos grupos vulneráveis</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento e operacionalização de um sistema de alternativas à prisão.</li> <li>• Melhorar a assistência jurídica e o aconselhamento, bem como os sistemas públicos de defesa.</li> </ul>
<p>2.2.5 O sistema de justiça juvenil opera de acordo com as normas internacionais e do quadro jurídico nacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio na avaliação do sistema da Justiça Juvenil em Cabo Verde em conformidade com as normas internacionais</li> <li>• Apoio na formulação e implementação de um programa que visa à melhoria da capacidade de resposta do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde.</li> </ul>
<p><b>Efeito 2.3: O diálogo e a participação dos diferentes atores sociais e dos cidadãos no processo de desenvolvimento, particularmente dos jovens e das mulheres, são garantidos.</b></p>	
<p><b>Produtos</b></p>	<p><b>Actividades principais</b></p>
<p>2.3.1 A sociedade civil e as médias aumentam a sua participação nos processos chave de desenvolvimento nacionais, incluindo o monitoramento dos ODMs, o seguimento de compromissos internacionais com os Direitos Humanos, a implementação do DECRP, e o engajamento Estado-cidadão é reforçado para uma governação responsiva e de prestação de contas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave das mulheres</li> <li>• Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave da juventude</li> <li>• Advocacia com partidos políticos e tomadores de decisão relativamente as questões das agendas (mulheres/jovens)</li> <li>• Definição e implementação de plataformas de participação e monitorização de processos-chave, tais como o DECRP</li> <li>• Desenvolvimento e/ou reforço das estruturas de diálogo social.</li> <li>• Reforço de programas de comunicação e educação para a promoção da cidadania e da participação cívica</li> <li>• Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e iniciativas pilotos.</li> </ul>

## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável</li><li>• Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e a iniciativas piloto.</li><li>• Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável.</li></ul>
2.3.2 Os sistemas e processos eleitorais são melhorados.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reforço das capacidades técnicas e institucionais das estruturas encarregues de preparar, organizar e avaliar os processos eleitorais.</li><li>• Apoio na realização de campanhas de sensibilização e educação cívica apelando a participação activa dos cidadãos nos actos eleitorais, com enfoque na equidade de género e tendo em consideração os grupos vulneráveis.</li></ul>

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

Actividades principais do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)

**PILAR 3: Redução das disparidades e iniquidades.**

**Efeito 3.1: As instituições nacionais a nível central e local asseguram uma melhor integração da redução das disparidades e da promoção da equidade nas políticas e estratégias setoriais e intersectoriais.**

Produtos	Actividades principais
3.1.1_ Informações quantitativas e qualitativas estão disponíveis evidenciando a natureza, profundidade, importância e distribuição das disparidades e iniquidades, para a definição de políticas sectoriais adequadas (saúde, HIV-SIDA, educação, emprego, protecção, justiça, habitação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análises aprofundadas e desagregadas para a caracterização das disparidades e iniquidades no acesso a serviços em sectores chave</li> <li>• Assistência técnica para a criação de um sistema de gestão e monitorização das populações vulneráveis</li> <li>• Assistência técnica e reforço institucional para assegurar a disponibilidade dos dados sobre a pobreza e vulnerabilidade</li> <li>• Estudo de impacto dos apoios e programas de protecção social a favor das populações vulneráveis em zonas prioritárias</li> <li>• Análises aprofundadas sobre equidade e sustentabilidade em sectores chave como a protecção social, entendida de forma abrangente</li> </ul>
3.1.2 Políticas sectoriais chave são revisadas para ter em conta as disparidades, incluindo as desigualdades de género, de acordo com os padrões de Direitos Humanos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência técnica para identificação de opções de intervenção para respostas específicas às situações de disparidade nos diferentes sectores chave</li> <li>• Reforço das capacidades para orçamentação e reforço dos investimentos nos sectores-chave com vista à redução das disparidades mapeadas</li> <li>• Reforço das capacidades para a elaboração do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social e implementação de projetos-piloto de Requalificação Urbana nos bairros espontâneos.</li> </ul>

**Efeito 3.2: As instituições centrais, desconcentradas e locais asseguram a prestação equitativa de serviços de qualidade.**

Produtos	Actividades principais
3.2.1 A qualidade dos serviços em nível local, em particular da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das capacidades dos sectores para a prestação de serviços de qualidade, com enfoque nos direitos e necessidades específicas das populações (tal como a integração da saúde mental nos cuidados primários de saúde, protecção da criança incluindo programa de registo a nascença, educação especial, pré-escolar, cuidados e tratamento dos UD's, reinserção social de reclusos, entre outros)</li> <li>• Reforço das capacidades municipais para a planificação a orçamentação e a gestão participativa visando a redução das disparidades, incluindo as que afectam crianças e mulheres</li> </ul>

## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das capacidades de planificação e gestão dos actores municipais para o desenvolvimento local equitativo e inclusivo</li> <li>• Reforço das capacidades locais para a integração das questões de segurança na planificação local, formulação e implementação de programas de policiamento de proximidade, incluindo programas específicos de prevenção da violência nos espaços educativos</li> </ul>
3.2.2 Respostas intersectoriais são fornecidas aos direitos à saúde sexual e reprodutiva, particularmente para os jovens e as mulheres.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à elaboração e implementação de documentos estratégicos em Saúde reprodutiva (SR);</li> <li>• Reforço das capacidades nacionais intersectoriais para a supervisão e coordenação técnica em SR.</li> </ul>
3.2.3 Uma resposta multisetorial às IST/VIH/SIDA, tuberculose e abuso de drogas implementada, focalizada nas populações mais em risco e vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço dos mecanismos de recolha de informações e seguimento dos programas IST/VIH/SIDA, Paludismo, tuberculose, com uma atenção particular às populações com comportamentos de risco acrescido</li> <li>• Reforço da capacidade de implementação e seguimento dos programas para o acesso universal aos serviços IST/VIH/SIDA/TB e Paludismo, incluindo a atenção psicossocial, com enfoque nos OEV</li> <li>• Reforço das capacidades para a concepção e implementação de programas de sensibilização, despistagem e tratamento de VIH-SIDA, que dêem uma resposta integradas às populações com comportamentos de risco acrescido, incluindo TPS e UD, e seus parceiros, reclusos, etc.</li> <li>• Apoio às atividades de prevenção ao uso de drogas, HIV/SIDA, tuberculose e hepatites nas prisões;</li> <li>• Apoio à participação das PVVIH - pessoas vivendo com o VIH - na luta contra a SIDA;</li> <li>• Prevenção e Tratamento do HIV entre os usuários de droga, em particular mulheres e jovens</li> <li>• Reforço da cobertura da protecção social para as populações mais vulneráveis</li> </ul>
<b>Efeito 3.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, exigem e utilizam serviços de qualidade.</b>	
<b>Produtos</b>	<b>Actividades principais</b>
3.3.1 As capacidades das comunidades, em particular as mais vulneráveis, são fortalecidas para a adoção de práticas essenciais que promovam o desenvolvimento integral dos seus membros, e aumentam a demanda de serviços sociais essenciais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas de defesa nos média sobre o desenvolvimento urbano.</li> </ul>

## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

<p>3.3.2 O voluntariado nacional é ampliado para assegurar a cidadania ativa e reforçar a cidadania territorial por meio de estratégias e intervenções-chave de desenvolvimento em nível local.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realizar capacitação interna na Agencia Nacional do Voluntariado; Implementação de um sistema de monitorização, seguimento e avaliação. Consolidar o quadro legal sobre voluntariado</li><li>• Realizar formações para as organizações mobilizadoras de voluntariado sobre a mobilização, gestão dos/as voluntários/as e para a intervenção na comunidade.</li><li>• Elaborar um plano conjunto com o Ministério das Comunidades para a Promoção do Voluntariado na Diáspora</li></ul>
---	--

## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

Actividades principais do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)	
PILAR 4: Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas.	
Efeito 4.1: As instituições reforçam a governação ambiental e integram os princípios de sustentabilidade ambiental, de mudanças climáticas e redução dos riscos de desastres naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.	
Produtos	Actividades principais
<p>4.1.1 O quadro legal e regulamentar de governação ambiental integra os princípios de sustentabilidade, equidade e mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em conformidade com os compromissos internacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio na melhoria do quadro legislativo e modelo institucional de governação ambiental e sua implementação</li> <li>• Apoio à implementação e seguimento das convenções dos quadros internacionais (Biodiversidade, Mudanças climáticas e Desertificação) e o Protocolo de Montreal</li> <li>• Apoiar com mecanismos de integração das questões relativas as Mudanças climáticas e da sustentabilidade ambiental no processo de planificação do desenvolvimento com uma atenção especial as questões de género e dos direitos humanos.</li> <li>• Apoiar na identificação e implementação de medidas de adaptação as mudanças climáticas, prevenção e redução de riscos no ordenamento do território e na planificação urbana.</li> </ul>
<p>4.1.2 As capacidades das instituições centrais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de prevenção e resposta aos desastres naturais sensíveis ao género, às crianças e à juventude.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio aos programas de urgência e de controlo das epidemias, doenças, pragas e fenómenos climáticos extremos</li> <li>• Apoio à elaboração e implementação do Plano Nacional de Educação Ambiental e Programas de formação profissionalizante no domínio ambiental</li> <li>• Reforço das capacidades sectoriais na formulação de políticas e programas de gestão dos recursos naturais e prevenção, redução e resposta aos desastres, incluindo enfoque na integração do género e questões das crianças/jovens</li> <li>• Reforço aos Sistemas Nacionais de Estatística Ambiental, Informação Ambiental (SIA) e Água</li> <li>• Apoio à implementação de Programas estratégicos: PAGIRH, PANA II, NAPA, NAMA, Plano Nacional de Saneamento</li> </ul>
<p>4.1.3 Planificação e implementação de políticas de crescimento 'verde' apoiadas nas energias renováveis e no uso eficiente dos recursos para um desenvolvimento de baixo carbono e uma produção mais limpa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento da política nacional e dos quadros institucionais, através da integração do acesso à energia nas estratégias nacionais de desenvolvimento, de redução da pobreza e planos de desenvolvimento de baixo carbono.</li> <li>• Apoio à definição legislativa, formulação e implementação de políticas de crescimento verde, eficiência energética, baixo carbono e produção mais limpa</li> <li>• Reforço das capacidades nacionais para a implementação de estratégias de gestão de resíduos</li> </ul>

## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à promoção e aplicação de tecnologias para a energia solar, energia eólica e bioenergia, para maior eficiência energética a níveis doméstico e institucional.</li> </ul>
<b>Efeito 4.2: As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção dos habitats críticos e da biodiversidade, e utilizam de forma sustentável os recursos naturais para um crescimento inclusivo.</b>	
<b>Produtos</b>	<b>Actividades principais</b>
<p>4.2.1 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e implementação das reservas da biosfera.</li> <li>• Consolidação do sistema das áreas protegidas</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas de conservação da biodiversidade marinha e terrestre, incluindo habitats sensíveis</li> <li>• Apoio na elaboração e implementação de uma estratégia de gestão e valorização dos recursos marinhos e costeiros.</li> <li>• Integração da protecção da diversidade biológica, uso sustentável e a prova do clima dos recursos terrestres e água nas indústrias imobiliária e de turismo.</li> <li>• Elaboração dum Plano Nacional de exploração sustentável de inertes</li> </ul>
<b>Efeito 4.3: As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de advocacia ambiental e formulam, implementam e avaliam projetos comunitários de gestão durável dos recursos naturais.</b>	
<b>Produtos</b>	<b>Actividades principais</b>
<p>4.3.1 O empoderamento socioeconómico das populações vulneráveis, especialmente as mulheres e os jovens, é melhorado com a promoção de práticas inovadoras de uso sustentável dos recursos naturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das capacidades das comunidades na valorização e gestão das áreas florestais</li> <li>• Apoio a programas de promoção socioeconómica das populações vulneráveis, com enfoque nas mulheres e jovens para o uso sustentável dos recursos naturais e de eliminação das práticas nefastas ao ambiente</li> <li>• Apoio a programas específicos dirigidos às mulheres e jovens no uso sustentável de terras agrícolas e da água</li> <li>• Reforço/criação de programas sustentáveis de reconversão das atividades de ocupação das mulheres na extração de inertes</li> </ul>
<p>4.3.2 As comunidades locais são melhor preparadas e mais resilientes aos desastres e aos impactos das mudanças climáticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação para um desenvolvimento sustentável, para a prevenção e redução de desastres, e na emergência.</li> <li>• Apoio ao mapeamento participativo de riscos e promoção do envolvimento das comunidades na prevenção e redução dos riscos de desastres</li> </ul>

## PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio ao reforço para o Voluntariado nacional com enfoque nas questões ambientais e de prevenção de riscos.</li></ul>
4.3.3 A sociedade civil tem uma maior capacidade de advocacia para uma gestão sustentável dos recursos naturais nas suas comunidades e em nível nacional.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a um programa de educação e formação para reforçar as capacidades das ONGs e Associações de Desenvolvimento Comunitário, na gestão sustentável de recursos naturais</li><li>• Apoio às iniciativas de resolução de conflitos ambientais, a nível descentralizado e local</li><li>• Reforçar as capacidades dos média na divulgação de práticas responsáveis de gestão de recursos naturais a nível das comunidades e a nível nacional.</li></ul>

### 3. Orçamento indicativo do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)

Orçamento indicativo do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)				
PILAR 1 : Crescimento inclusivo e redução da pobreza				
Efeito 1.1: As políticas e programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza apoiam a competitividade e um crescimento económico durável em favor das populações vulneráveis.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
1.1.1 A integração de Cabo Verde no sistema do comércio internacional é reforçada, com base no cumprimento dos acordos internacionais, e nas políticas e estratégias de competitividade.	CNUCED ITC ONUDI PNUD	USD 45,362	USD 4,185,925	USD 4,231,287
1.1.2 Políticas e estratégias baseadas em evidências são formuladas e seguidas, incluindo o reforço do quadro regulamentar e administrativo relevante, para melhorar o desempenho agrícola e industrial, promover o empreendedorismo e investimento em prol de um crescimento pró-pobre.	FAO ONUDI PAM UNESCO	USD 794,000	USD 2,641,000	USD 3,435,000
1.1.3 Análises prospectivas e políticas e opções de programa baseadas em evidências são realizadas e definidas enquanto suporte de financiamento sustentável do sector social e redução da pobreza e vulnerabilidade, com especial atenção às mulheres e crianças.	OMS ONU-Mulheres PAM PNUD UNFPA	USD 1,170,000	USD 1,550,000	USD 2,720,000
TOTAL EFEITO		USD 2,009,362	USD 8,376,925	USD 10,386,287
Efeito 1.2: O setor privado, especialmente as MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) em áreas urbanas e rurais, tem um melhor acesso aos mercados, aos serviços de assistência técnica e financeira e aumenta a sua competitividade e contribuição ao crescimento e emprego decente.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
1.2.1 As MPME's beneficiam de serviços de apoio melhorados, com enfoque nas mulheres e jovens, para uma contribuição reforçada ao crescimento, ao investimento social e ambientalmente responsável, e a geração de empregos decentes.	OIT OIM ONUDI ONU-Mulheres ONU-Habitat	USD 302,000	USD 1,813,000	USD 2,115,000
1.2.2 As empresas do sector privado, nomeadamente as MPMEs, melhoram o cumprimento com normas internacionais para uma maior competitividade e acesso ao mercado.	FAO OMS ONUDI	USD 1,861,047	USD 3,985,925	USD 5,846,971
1.2.3 As cadeias de valor de Agronegócios e as melhores práticas de produção, marketing e comercialização na agricultura, pecuária e pescas, são introduzidas e aplicadas para aumentar a produtividade e qualidade.	FAO ONUDI ONU-Mulheres	USD 70,000	USD 3,800,000	USD 3,870,000

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

	TOTAL EFEITO	USD 2,233,047	USD 9,598,925	USD 11,831,971
<b>Efeito 1.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, no meio rural e urbano têm um melhor acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e da produtividade durável.</b>				
<b>Produtos</b>	<b>Agências</b>	<b>Fundos mobilizados</b>	<b>Fundos a mobilizar</b>	<b>TOTAL</b>
<u>1.3.1</u> O Governo e os actores Nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos assalariados e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.	OIT ONUDI ONU-Mulheres	USD 910,000	USD 500,000	USD 1,410,000
<u>1.3.2.</u> Um currículo de empreendedorismo é introduzido a todos os níveis da educação e do sistema de formação profissional, com uma especial ênfase nas mulheres e nos jovens, para uma sociedade empreendedora.	OIT ONUDI	USD 850,000	USD 1,150,000	USD 2,000,000
	TOTAL EFEITO	USD 1,760,000	USD 1,650,000	USD 3,410,000
	TOTAL PILAR	USD 6,002,409	USD 19,625,850	USD 25,628,258

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

Actividades principais do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)				
PILAR 2 : Consolidação das instituições, democracia e cidadania.				
Efeito 2.1: As administrações nacionais e as instituições de controlo são mais eficazes e eficientes no planeamento, implementação, seguimento e avaliação de um desenvolvimento equitativo.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
<u>2.1.1</u> O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planificação e de alimentação do sistema nacional de seguimento e avaliação.	FAO OIT ONU-Mulheres PAM PNUD UNESCO UNFPA UNICEF	USD 3,168,000	USD 1,132,000	USD 4,300,000
<u>2.1.2</u> As administrações possuem capacidades institucionais e humanas que permitem uma planificação e afectação dos recursos em linha com os standards de eficiência e eficácia internacionais.	ONU-Mulheres PAM PNUD UNFPA	USD 960,000	USD 750,000	USD 1,710,000
<u>2.1.3</u> O controle externo das despesas públicas pelo Tribunal de Contas e o Parlamento é reforçado em apoio ao programa de reforma das finanças públicas.	PNUD	USD 119,500	USD 250,000	USD 369,500
<u>2.1.4</u> As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.	FAO OHCHR OIM ONU-Mulheres ONU-Habitat UNFPA UNICEF	USD 6,590,000	USD 1,540,000	USD 8,130,000
<u>2.1.5</u> A Administração dispõe de capacidades para a coordenação, implementação, seguimento e avaliação das convenções e tratados internacionais ratificados; incluindo a submissão de relatórios periódicos de seguimento.	OHCHR ONUDC PNUD ONU-Mulheres UNFPA UNICEF	USD 499,000	USD 586,000	USD 1,085,000
	TOTAL EFEITO	USD 11,336,500	USD 4,258,000	USD 15,594,500
Efeito 2.2: As instituições nacionais responsáveis pela segurança e a justiça garantem e promovem uma maior segurança e os direitos dos cidadãos, particularmente aos grupos mais vulneráveis.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
<u>2.2.1</u> O quadro legal e de políticas de combate às drogas e aos crimes é actualizado e respeita todos os compromissos internacionais.	UNODC	USD 80,000	USD 60,000	USD 140,000

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

2.2.2 A capacidade operacional das agências de aplicação da lei é reforçada para uma efectiva prevenção e combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, ao tráfico ilícito de migrantes, à lavagem de capitais e ao terrorismo.	UNODC	USD 130,000	USD 260,000	USD 390,000
2.2.3 O Governo e a Sociedade Civil possuem capacidades institucionais para contribuir para a prevenção efectiva do uso de drogas e crime urbano.	UNODC	USD 90,000	USD 420,000	USD 510,000
2.2.4 Instituições de justiça criminal possuem uma capacidade reforçada para fazer justiça de forma justa, equitativa e efectiva.	UNODC OHCHR	USD 120,000	USD 690,000	USD 810,000
2.2.5 O sistema de justiça juvenil opera de acordo com as normas internacionais e do quadro jurídico nacional.	UNODC	USD 85,000	USD 850,000	USD 935,000
TOTAL EFEITO		USD 505,000	USD 2,280,000	USD 2,785,000
<b>Efeito 2.3: O diálogo e a participação dos diferentes actores sociais e dos cidadãos no processo de desenvolvimento, particularmente dos jovens e das mulheres, são garantidos.</b>				
<b>Produtos</b>	<b>Agências</b>	<b>Fundos mobilizados</b>	<b>Fundos a mobilizar</b>	<b>TOTAL</b>
2.3.1 A sociedade civil e as médias aumentam a sua participação nos processos chave de desenvolvimento nacionais, incluindo o monitoramento dos ODMs, o seguimento de compromissos internacionais com os Direitos Humanos, a implementação do DECRP, e o engajamento Estado-cidadão é reforçado para uma governação responsiva e de prestação de contas.	ONU-Mulheres PNUD ONU-Habitat UNFPA	USD 800,000	USD 1,060,000	USD 1,860,000
2.3.2 Os sistemas e processos eleitorais são melhorados.	PNUD	USD 153,909	USD 200,000	USD 353,909
TOTAL EFEITO		USD 953,909	USD 1,260,000	USD 2,213,909
TOTAL PILAR		USD 12,795,409	USD 7,798,000	USD 20,593,409

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

Actividades principais do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)				
PILAR 3: Redução das disparidades e iniquidades.				
Efeito 3.1: As instituições nacionais a nível central e local asseguram uma melhor integração da redução das disparidades e da promoção da equidade nas políticas e estratégias setoriais e intersectoriais.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
<u>3.1.1</u> Informações quantitativas e qualitativas estão disponíveis evidenciando a natureza, profundidade, importância e distribuição das disparidades e iniquidades, para a definição de políticas sectoriais adequadas (saúde, HIV-SIDA, educação, emprego, protecção, justiça, habitação)	OMS ONU-Mulheres ONU-Habitat UNFPA UNICEF	USD 1,930,000	USD 880,000	USD 2,810,000
<u>3.1.2</u> Políticas sectoriais chave são revisadas para ter em conta as disparidades, incluindo as desigualdades de género, de acordo com os padrões de Direitos Humanos.	OIT OMS ONU-Mulheres ONU-Habitat PNUD UNFPA UNICEF	USD 1,230,000	USD 860,000	USD 2,090,000
TOTAL EFEITO		USD 3,160,000	USD 1,740,000	USD 4,900,000
Efeito 3.2: As instituições centrais, desconcentradas e locais asseguram a prestação equitativa de serviços de qualidade.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
<u>3.2.1</u> A qualidade dos serviços em nível local, em particular da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.	OMS OIT ONUDC ONU-Habitat PNUD UNESCO UNFPA UNICEF	USD 4,729,000	USD 3,452,000	USD 8,181,000
<u>3.2.2</u> Respostas intersectoriais são fornecidas aos direitos à saúde sexual e reprodutiva, particularmente para os jovens e as mulheres.	OMS UNESCO UNFPA	USD 1,465,000	USD 650,000	USD 2,115,000
<u>3.2.3</u> Uma resposta multisectorial às IST/VIH/SIDA, tuberculose e abuso de drogas implementada, focalizada nas populações mais em risco e vulneráveis.	OMS ONUDC ONUSIDA PNUD UNESCO UNFPA UNICEF	USD 800,000	USD 745,000	USD 1,545,000
TOTAL EFEITO		USD 6,994,000	USD 4,847,000	USD 11,841,000

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

Efeito 3.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, exigem e utilizam serviços de qualidade.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
3.3.1 As capacidades das comunidades, em particular as mais vulneráveis, são fortalecidas para a adoção de práticas essenciais que promovam o desenvolvimento integral dos seus membros, e aumentam a demanda de serviços sociais essenciais.	ONU-Mulheres ONU-Habitat OMS UNFPA UNICEF	USD 1,477,000	USD 190,000	USD 1,667,000
3.3.2 O voluntariado nacional é ampliado para assegurar a cidadania ativa e reforçar a cidadania territorial por meio de estratégias e intervenções-chave de desenvolvimento em nível local.	VNU	USD 655,000	USD 0	USD 655,000
	TOTAL EFEITO	USD 2,132,000	USD 190,000	USD 2,322,000
	TOTAL PILAR	12,286,000 \$	6,777,000 \$	19,063,000 \$

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

Actividades principais do Plano Operacional do UNDAF (2012-2016)				
PILAR 4: Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas.				
Efeito 4.1: As instituições reforçam a governação ambiental e integram os princípios de sustentabilidade ambiental, de mudanças climáticas e redução dos riscos de desastres naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
4.1.1 O quadro legal e regulamentar de governação ambiental integra os princípios de sustentabilidade, equidade e mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em conformidade com os compromissos internacionais.	FAO OMS ONU-Habitat PNUD PNUE	USD 2,418,000	USD 2,640,000	USD 5,058,000
4.1.2 As capacidades das instituições centrais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de prevenção e resposta aos desastres naturais sensíveis ao género, às crianças e à juventude.	FAO OMS PNUD UNESCO UNFPA UNICEF	USD 1,115,000	USD 2,630,000	USD 3,745,000
4.1.3 Planificação e implementação de políticas de crescimento 'verde' apoiadas nas energias renováveis e no uso eficiente dos recursos para um desenvolvimento de baixo carbono e uma produção mais limpa.	ONU-Habitat ONUDI PNUD PNUE	USD 2,689,000	USD 6,580,000	USD 9,269,000
TOTAL EFEITO		USD 6,222,000	USD 11,850,000	USD 18,072,000
Efeito 4.2: As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção dos habitats críticos e da biodiversidade, e utilizam de forma sustentável os recursos naturais para um crescimento inclusivo.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
4.2.1 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.	FAO PNUD PNUE	USD 3,237,202	USD 5,630,756	USD 8,867,958
TOTAL EFEITO		USD 3,237,202	USD 5,630,756	USD 8,867,958
Efeito 4.3: As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de advocacia ambiental e formulam, implementam e avaliam projetos comunitários de gestão durável dos recursos naturais.				
Produtos	Agências	Fundos mobilizados	Fundos a mobilizar	TOTAL
4.3.1 O empoderamento socioeconómico das populações vulneráveis, especialmente as mulheres e os jovens, é melhorado com a promoção de práticas inovadoras de uso sustentável dos recursos naturais.	FAO PNUD	USD 144,918	USD 1,250,000	USD 1,394,918
4.3.2 As comunidades locais são melhor preparadas e mais resilientes aos desastres e aos impactos das mudanças climáticas.	ONU-Habitat UNESCO	USD 117,500	USD 100,000	USD 217,500
4.3.3 A sociedade civil tem uma maior capacidade de advocacia para uma gestão sustentável dos recursos naturais nas suas comunidades e em nível nacional.	UNESCO	USD 15,000	USD 25,000	USD 40,000

PLANO OPERACIONAL DO UNDAF (2012-2016)

TOTAL EFEITO	USD 277,418	USD 1,375,000	USD 1,652,418
TOTAL PILAR	9,606,620 \$	18,855,756 \$	28,462,376 \$
TOTAL UNDAF	40,690,438 \$	53,056,606 \$	93,747,043 \$